

Vital Engenharia Ambiental S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas acompanhadas
do relatório do auditor independente em 31 de dezembro de 2025

Ref.: Relatório nº 263IH-054-PB





Índice


	Página
Relatório da Administração	3
Proposta de Orçamento de Capital	6
Declaração dos diretores	7
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas	8
Demonstrações contábeis individuais e consolidadas	13
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025	20

PERFIL CORPORATIVO

O Grupo Vital atua no setor de resíduos sólidos desde 1998, operando contratos ao longo de toda a cadeia de valor do setor, que incluem concessões de gestão integrada de serviços urbanos, operações de destinação final em aterros sanitários e contratos dedicados de coleta. Atualmente, conta com 17 ativos operacionais, sendo 8 contratos de Concessão de Gestão Integrada, 6 operações dedicadas de destinação final (sendo uma não operacional localizada em Ribeirão das Neves, MG), 3 contratos de coleta isolada e 1 planta de biometano, além de um *pipeline* robusto de novas plantas para valorização do biogás, e de projetos *greenfields* de aterros sanitários. Abaixo, apresentamos um detalhamento dos segmentos de atuação do Grupo Vital:

-  **Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (86,5% do Lucro Bruto de 2025):** contratos de concessão de longo-prazo, que abarcam coleta, destinação final, e demais serviços de limpeza pública, com metas de investimentos e medição da qualidade do serviço prestado. O modelo de remuneração é baseado em uma contraprestação mensal fixa, atualizada por uma cesta de índices de inflação de preços e mão-de-obra, sem distinção de linhas de receita entre serviços – portanto, variações módicas de volume não impactam o faturamento, com uma matriz de riscos definida em cada contrato para ponderar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Abaixo, os ativos nesse segmento:
 1. **Ecourbis (São Paulo):** destinação em aterro próprio;
 2. **Ipatinga (Minas Gerais):** destinação em aterro próprio;
 3. **Campos dos Goytacazes (Rio de Janeiro):** destinação em aterro próprio;
 4. **Nova Friburgo – EBMA (Rio de Janeiro):** destinação em aterro próprio;
 5. **Econit (Rio de Janeiro):** destinação de resíduos de construção civil (RCC) em aterro próprio (Niterói) e de resíduos sólidos urbanos (RSU) em aterro terceirizado (Ecoparque São Gonçalo);
 6. **Angra dos Reis (Rio de Janeiro):** destinação em aterro terceirizado (CTR Costa Verde em Angra dos Reis);
 7. **Foz do Iguaçu (Paraná):** destinação em aterro próprio;
 8. **São Luís (Maranhão):** destinação em aterro terceirizado (Aterro Titara).

-  **Destinação Final (8,9% do Lucro Bruto de 2025):** operação de Centrais de Tratamento de Resíduos (CTR's) com recebimento diário de resíduos sólidos em uma combinação de contratos de concessão de longo-prazo e contratos de curto-prazo (em sua maioria clientes públicos), com alto grau de recorrência e resiliência na geração de volumes. O modelo de remuneração é baseado em uma tarifa, denominada *gate-fee*, medida em reais por tonelada de resíduo recebido nas CTR's (R\$/ton), geralmente atualizada por inflação. Abaixo, os ativos nesse segmento:
 1. **Macaúbas (Minas Gerais):** contrato de concessão com a Prefeitura de Belo Horizonte;
 2. **Juiz de Fora (Minas Gerais):** contrato de concessão com a Prefeitura de Juiz de Fora, além de outras cidades;
 3. **Titara (Maranhão):** ~66% dos resíduos recebidos da concessão de São Luís, além de outras cidades;
 4. **Juparanã (Espírito Santo):** ativo privado (sem concessão) em fase de *ramp-up*;
 5. **Baru (Goiás):** ativo em *ramp-up* com potencial de mais do que duplicar o volume atual (não vinculado a contrato de concessão);
 6. **CMTR – Ribeirão das Neves (Minas Gerais):** CTR próprio não operacional.

-  **Coleta (4,6% do Lucro Bruto de 2025):** contratos de 5 a 10 anos de operação de coleta, podendo embarcar outros serviços, como varrição, coleta seletiva e demais serviços de limpeza pública. O modelo de remuneração é definido por preços unitários de acordo com os serviços prestados, atualizados por inflação de preços e mão-de-obra, sendo pagos mensalmente ao operador. Seguem as operações que estão nessa modalidade:
 1. **Recife (Pernambuco) – 496 mil ton em 2025:** maior contrato do segmento, destina os resíduos no Ecoparque Jaboatão dos Guararapes;
 2. **Vitória (Espírito Santo) – 117 mil ton em 2025:** destina o resíduo no aterro da Marca Ambiental em Cariacica;
 3. **Serra (Espírito Santo) – 156 mil ton estimadas:** novo contrato iniciado ao final de 2025. Destina o resíduo no aterro da Marca Ambiental em Cariacica.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2025, o Grupo Vital consolidou um ano de avanços relevantes em sua trajetória de crescimento e fortalecimento operacional, marcado pela expansão de suas operações, pela robustez dos resultados financeiros e por movimentos estratégicos que reforçam o posicionamento da Companhia como uma das principais plataformas de gestão integrada de resíduos e valorização ambiental do país.

O ano marcou o primeiro período completo com os efeitos do reequilíbrio contratual da Ecourbis, efetivado em junho de 2024, que resultou na atualização das tarifas e na extensão da duração do contrato até 2044. Essa recomposição reforçou a previsibilidade e a sustentabilidade econômica da concessão, garantindo um fluxo de caixa importante para a Vital, que detém o seu controle com participação de 63,25%.

No campo operacional, a Vital manteve elevados níveis de eficiência e escala em suas atividades. Ao longo do ano, foram destinadas **5,5 milhões de toneladas de resíduos em 12 aterros sanitários**, além da **coleta de mais de 3,4 milhões de toneladas**. A Companhia também avançou em suas iniciativas de valorização energética e ambiental, com **geração média mensal superior a 26 mil Nm³/h de biogás e mais de 1,4 milhão de créditos de carbono gerados e registrados em plataformas certificadoras no ano de 2025**.

Esse desempenho operacional se refletiu diretamente nos resultados financeiros. Em 2025, considerando a participação em cada ativo, o Grupo Vital registrou **Receita Líquida de R\$ 2,3 bilhões, EBITDA de R\$ 620 milhões, Lucro Líquido de R\$ 497 milhões**, mantendo uma estrutura de capital equilibrada, com uma **posição de caixa líquida de R\$ 97 milhões** – todos os números proporcionais à participação nos seus ativos e ajustados por efeitos não-caixa e não-recorrentes.

Ao longo do ano, também avançamos na ampliação e renovação de nosso portfólio de contratos de longo prazo. Destaca-se a **conquista de um novo contrato de concessão de gestão integrada em Nova Friburgo (EBMA)**, que passa a vigorar até dezembro de 2056, com uma contraprestação mais alta em comparação ao contrato anterior e alinhada às novas metas do plano de negócios. Além disso, ao final de 2025, a Vital, por meio do Consórcio Serra Mais Linda, **foi vencedora da licitação para os serviços de coleta no município de Serra, no Espírito Santo**, incorporando um novo contrato com volume estimado de **~156 mil toneladas por ano**, reforçando nossa presença no estado e ampliando nossa base operacional. Ainda, mantendo o foco nos ativos *core* de coleta e destinação final de resíduos não-perigosos, a **Companhia vendeu a sua participação na investida Ecovital, de incineração e resíduos**.

ESG, INTEGRIDADE E SEGURANÇA DO TRABALHO

Ao longo de 2025, a Companhia manteve uma agenda contínua de iniciativas voltadas à **saúde, segurança e bem-estar de seus colaboradores**, com ações de capacitação, campanhas de conscientização e programas de prevenção em diversas unidades operacionais. Entre os destaques estão treinamentos técnicos e operacionais, incluindo capacitações para operação segura de equipamentos, direção defensiva, sinalização viária e uso adequado de EPIs, além de iniciativas voltadas à gestão de riscos psicossociais em conformidade com atualizações das Normas Regulamentadoras.

Também foram promovidas campanhas e programas educativos voltados à prevenção de acidentes, segurança no trânsito, saúde mental e qualidade de vida no trabalho, alinhados a datas como **Abril Verde, Maio Amarelo, Setembro Amarelo, Outubro Rosa e Novembro Azul**, além da realização de **SIPATs, workshops técnicos e ações de educação ambiental**, reforçando a cultura de prevenção e ambientes de trabalho seguros e saudáveis.

No âmbito da **governança e integridade**, a Vital Engenharia Ambiental avançou no fortalecimento de seu Programa de Integridade. Em 2025, a Companhia aderiu ao **Pacto Brasil pela Integridade Empresarial (CGU)** e submeteu-se ao **Programa Pró-Ética**. O **Canal de Denúncias** registrou mais de **300 manifestações no ano**; no **4T25**, foram **78 relatos**, com **64% de taxa de encerramento e tempo médio de tratamento de 36 dias**, abaixo do prazo interno de referência de 90 dias.

Como parte do fortalecimento da cultura ética, a Companhia realizou a **1ª Semana de Integridade**, envolvendo **100% dos colaboradores**, além de implementar a **Política de Prevenção contra Todas as Formas de Assédio** e a **Cartilha de Proteção de Dados e Privacidade (LGPD)**. Adicionalmente, foram realizadas **43 iniciativas de doações e patrocínios** alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Outro marco relevante do ano foi o anúncio da **combinação de negócios entre a Vital e a Orizon**, por meio da incorporação da Vital Engenharia Ambiental, Orbis Ambiental e GBio Energia pela Orizon Valorização de Resíduos. A operação cria uma das maiores plataformas de gestão de resíduos da América Latina, combinando ativos complementares e ampliando a escala operacional do grupo. A transação reúne a *expertise* da Vital em **gestão integrada e coleta de resíduos** com a forte presença da Orizon em **destinação final e valorização energética**, criando uma plataforma com **receita anual superior a R\$ 3 bilhões e EBITDA próximo de R\$ 1 bilhão**, considerando a participação nos respectivos ativos, além de ampliar significativamente o potencial de desenvolvimento de projetos de biometano, créditos de carbono e outras soluções de transição energética.

Seguimos confiantes nas perspectivas de crescimento do setor de gestão de resíduos no Brasil, impulsionado pela necessidade crescente de soluções ambientalmente adequadas, pela expansão de concessões de gestão integrada e pelo avanço das agendas de descarbonização e valorização energética dos resíduos. A Vital continuará focada na excelência operacional, na disciplina financeira e na geração de valor sustentável para seus acionistas, clientes, colaboradores e para a sociedade.

ATENDIMENTO ÀS DISPOSIÇÕES PREVISTAS NA LEI Nº 15.177/25

A Companhia reafirma seu compromisso com a promoção da equidade de gênero e com a transparência prevista §6º do art.133 da Lei 6.404/76. Mantemos políticas internas voltadas ao desenvolvimento, retenção e valorização de talentos, com ações contínuas para ampliar a participação feminina em todos os níveis organizacionais.

Em 2025, **as mulheres representaram 6% dos cargos operacionais, 43% dos cargos administrativos, 21% das posições de coordenação, 13% dos cargos de gerência e 5% da diretoria. Na alta administração, as mulheres ocupam 16% dos cargos.** No mesmo período a remuneração fixa feminina correspondeu a 7,50% do total, enquanto a remuneração variável atingiu 6,21%, refletindo um aumento de 16,66% ao exercício anterior.

A Companhia segue aprimorando seus processos de mensuração de indicadores para ampliar, nos próximos ciclos, a divulgação comparativa anual e os demonstrativos de remuneração segregados por sexo conforme exigido pela legislação. A Administração permanece comprometida com o fortalecimento das práticas de equidade e com a transparência contínua sobre sua evolução.

A Administração agradece a seus acionistas, clientes, parceiros comerciais, fornecedores e instituições financeiras pela confiança depositada. De forma especial, expressa seu reconhecimento e agradecimento aos seus mais de 10 mil colaboradores, pelo comprometimento e contribuição na busca constante da qualidade e confiabilidade na prestação dos nossos serviços. Todas as conquistas alcançadas durante o ano de 2025 só foram possíveis pelo incansável trabalho em equipe de todo o time da Companhia.

Antonio Carlos Salmeron
CEO

Ricardo Motta de Farias
CFO e DRI

Aos Srs. Acionistas da

VITAL ENGENHARIA AMBIENTAL S.A.

Proposta de Orçamento de Capital

De acordo com o previsto no artigo 196 da Lei 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303 de 31.10.2001, a administração da Vital Engenharia Ambiental S.A. vem apresentar a presente proposta de Orçamento de Capital.

A proposta de destinação do lucro líquido atribuído aos acionistas da Companhia no exercício encerrado em 31/12/2025, constante das Demonstrações Financeiras, prevê que após os ajustes a que se referem os artigos 193 e 202 da Lei 6.404/76 serão retidos lucros no montante de R\$ 338.546 mil, destinados a Reserva de Retenção de Lucros, designada para atender ao Plano de Investimentos da Companhia nos próximos 05 anos.

O montante dos lucros retidos conforme proposta, será destinado da seguinte forma:

- Aquisição de ativos imobilizados (máquinas e equipamentos, e cumprimento das obrigações contratuais), que têm como objetivo a manutenção da capacidade de geração de resultado da Companhia;
- Expansão das atuais Unidades de Tratamento de Resíduos, que têm como objetivo a manutenção da capacidade de geração de resultado da Companhia;
- Construção de 02 novas Unidades de Tratamento de Resíduos, que resultarão em um aumento da capacidade de recebimento de resíduos, o que deve provocar um crescimento no seu faturamento;
- Investimentos no desenvolvimento e licenciamento de novas Centrais de Tratamento de Resíduos.

Orçamento de Capital 2026

ORÇAMENTO DE CAPITAL EM R\$ MIL	
USOS	
Compra de Equipamentos para prestação de serviços nos contratos atuais	177.092
Investimentos em marcos contratuais para cumprimento das obrigações assumidas	639.563
Investimentos em ampliação das Centrais de Tratamento em operação	16.150
Total dos Investimentos de Manutenção	832.805
Investimentos no desenvolvimento e licenciamento de novas Centrais de Tratamento de Resíduos	11.730
Total dos Investimentos de Expansão	11.730
Resumo dos Investimentos	844.535
FONTES	
Recursos Próprios	338.546
Recursos de Terceiros	505.989
Total	844.535

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Em cumprimento às disposições constantes no artigo 27 da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, os Diretores da Companhia declaram que: (a) revisaram, discutiram e concordaram com as Demonstrações Contábeis referentes a 31 de dezembro de 2025 e 2024, acompanhadas das Notas Explicativas; e (b) revisaram, discutiram e concordaram com a opinião apresentada no relatório de auditoria da Grant Thornton Auditores Independentes Ltda., emitido em 23 de março de 2026, sobre as Demonstrações Contábeis referentes a 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2026.

Antônio Carlos Ferrari Salmeron

Ricardo Mota de Farias

Hudson Bonno

Thiago Luiz Regueira dos Santos

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Praia do Flamengo, 154 - 4º andar,
Flamengo - Rio de Janeiro (RJ) Brasil
T +55 21 3512-4100
www.grantthornton.com.br

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Vital Engenharia Ambiental S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Vital Engenharia Ambiental S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards (IFRS)* emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* (atualmente denominadas como *IFRS Accounting Standards*).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita - Nota Explicativa nº 22

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 22, a Companhia reconheceu, nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, receitas líquidas nos montantes de R\$ 490.034 mil e R\$ 2.302.758 mil em 31 de dezembro de 2025, R\$ 489.748 mil e R\$ 2.080.429 mil em 31 de dezembro de 2024, respectivamente. As receitas operacionais da Companhia e suas controladas são compostas substancialmente por receitas de prestação de serviços de coleta, destinação final e gestão integrada dos serviços de limpeza pública de determinados municípios firmados por meio de contrato de concessão pública e/ou de parceria público-privada. Tais receitas são reconhecidas quando da efetiva prestação dos serviços, cumprindo, desta forma, a obrigação de performance contratual.

Esse assunto foi considerado relevante e uma área de risco em nosso processo de auditoria devido à magnitude dos montantes envolvidos e dos controles existentes para determinação das receitas, envolvendo processo e controles de medições, entre outros. Em função desses aspectos, esse tema foi considerado um dos principais assuntos de auditoria em nossa auditoria do exercício corrente.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- avaliação do desenho da estrutura dos principais controles internos relacionados aos processos de iniciação, autorização, medição, faturamento, registro e conciliação das receitas;
- seleção, em base amostral, de contratos de prestação de serviços para análise das condições acordadas, atendimento às obrigações de desempenho, preço, prazo, entre outros;
- realização de testes quanto ao reconhecimento da receita, incluindo a verificação do cumprimento das obrigações de desempenho contratadas com base nas evidências das prestações de serviços e medições auferidas e aprovadas;
- realização de testes, em base amostral, de liquidação financeira para clientes para os quais possuíam saldo em aberto em 31 de dezembro de 2025;
- avaliação da integridade do relatório de contas a receber por idade de vencimento (*aging-list*) através da análise de documentos comprobatórios (notas fiscais, faturas, duplicatas, recebimentos etc.);
- realização de procedimentos analíticos mensais para obtenção do entendimento das principais oscilações e movimentações mensais ocorridas durante os exercícios;
- avaliação se as divulgações nas notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão consistentes com as informações e representações obtidas da administração.

Com base nos procedimentos realizados, concluímos que as premissas, critérios e metodologias utilizados pela Companhia para o registro das receitas operacionais são razoáveis, estando, as informações apresentadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria, no contexto daquelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas consideradas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards (IFRS)* emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* (atualmente denominadas como *IFRS Accounting Standards*), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às demonstrações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

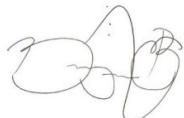
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-025.583/F-2



Régis Eduardo Baptista dos Santos
Contador CRC 1SP-255.954/O-0

Vital Engenharia Ambiental S.A.

Balancos patrimoniais individuais e consolidados em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Ativo

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	112.731	122.344	1.044.335	508.226
Contas a receber	6.a	132.760	98.322	382.224	343.968
Estoque	-	4.164	4.043	19.750	23.103
Impostos a recuperar	8	62.864	47.865	97.958	76.512
Partes relacionadas	9	54.643	82.868	-	-
Outros ativos	10	5.796	5.923	19.588	16.329
Total do ativo circulante		372.958	361.365	1.563.855	968.138
Ativo não circulante					
Aplicações financeiras vinculadas	5	5.469	24.129	5.469	24.129
Contas a receber	6.a	30.989	87.316	566.954	657.172
Precatórios a receber	7	158.772	-	158.772	-
Partes relacionadas	9	301.046	16.304	4.940	4.940
Depósitos judiciais	18.b	10.672	10.566	84.359	66.007
Outros ativos	10	3.096	3.095	4.763	7.765
Total		510.044	141.410	825.257	760.013
Investimentos	11	426.791	570.962	20.626	21.062
Outros investimentos	-	1	1	1	1
Total		426.792	570.963	20.627	21.063
Imobilizado	12	135.502	90.398	381.535	351.540
Intangível	-	925	925	36.107	33.217
Total do ativo não circulante		1.073.263	803.696	1.263.526	1.165.833
Total do ativo		1.446.221	1.165.061	2.827.381	2.133.971

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis trimestrais individuais e consolidadas.

Vital Engenharia Ambiental S.A.

Balancos patrimoniais individuais e consolidados em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Passivo circulante					
Fornecedores	13	23.690	29.651	84.557	97.024
Empréstimos e financiamentos	14.a	97.665	90.758	129.957	115.679
Obrigações tributárias	15	5.516	4.327	30.168	36.264
Dividendos a pagar	21.f	28.346	33.856	28.346	33.856
Partes relacionadas	9	-	7.268	32.134	53.236
Obrigações trabalhistas	16	33.884	33.142	122.960	117.238
Ônus da concessão	18	-	-	8.291	6.435
Outros passivos	-	936	152	16.024	11.026
Total do passivo circulante		190.037	199.154	452.437	470.758
Passivo não circulante					
Fornecedores	13	-	-	19.988	22.745
Empréstimos e financiamentos	14.b	406.250	198.029	817.470	213.503
Adiantamento de clientes	6.b	-	-	-	12.596
Partes relacionadas	9	4.718	4.718	204.599	30.132
Dividendos a pagar	21.f	154.684	-	154.684	-
Tributos diferidos	17	66.132	23.906	249.249	240.712
Ônus da concessão	18	-	-	11.136	11.136
Provisão para riscos judiciais	19.a	15.127	19.509	104.664	111.869
Provisão para desmobilização de aterros	20	8.593	4.866	12.188	37.606
Provisão para perda de investimentos	11	3.611	3.666	3.611	3.666
Total do passivo não circulante		659.115	254.694	1.577.589	683.965
Patrimônio líquido					
Capital social	21.a	196.203	196.203	196.203	196.203
Reserva de capital	21.b	(8.434)	(8.434)	(8.434)	(8.434)
Reserva legal	21.c	39.240	39.240	39.240	39.240
Reserva de retenção de lucros	21.d	322.659	437.426	322.659	437.426
Ajuste de avaliação patrimonial	21.f	47.401	46.778	47.401	46.778
Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores		597.069	711.213	597.069	711.213
Participação de não controladores	-	-	-	200.286	268.035
Total do patrimônio líquido		597.069	711.213	797.355	979.248
Total do passivo e patrimônio líquido		1.446.221	1.165.061	2.827.381	2.133.971

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis trimestrais individuais e consolidadas.

Vital Engenharia Ambiental S.A.

Demonstrações do resultado individuais e consolidadas
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	22	490.034	489.748	2.302.758	2.080.429
Custos operacional	23	(421.989)	(448.301)	(1.636.280)	(1.512.157)
Lucro bruto		68.045	41.447	666.478	568.272
Administrativas	24	(87.362)	(56.607)	(171.622)	(156.468)
Resultado de equivalência patrimonial	11	271.906	211.819	(1.365)	(2.001)
Outros resultados operacionais	25	30.910	3.334	64.347	(415)
Lucro operacional		283.499	199.993	557.838	409.388
Receitas Financeiras		155.930	25.892	273.582	95.875
Despesas Financeiras		(46.538)	(35.597)	(85.508)	(75.130)
Resultado financeiro líquido	26	109.392	(9.705)	188.074	20.745
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	27	392.891	190.288	745.912	430.133
Imposto de renda e contribuição social - corrente	27	-	-	(237.826)	(144.103)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	27	(43.874)	1.629	(11.333)	9.619
Lucro líquido do exercício		349.017	191.917	496.753	295.649
Atribuído aos acionistas não controladores	-	-	-	147.736	103.732
Atribuído aos acionistas controladores		349.017	191.917	349.017	191.917
Resultado por ação - Em Reais	21	31,65	17,40		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Vital Engenharia Ambiental S.A.

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	349.017	191.917	496.753	295.649
Ajuste de avaliação patrimonial	623	-	623	-
Resultado abrangente total	349.640	191.917	497.376	295.649

Resultado abrangente atribuído aos acionistas não controladores

147.736

103.732

Resultado abrangente atribuído aos acionistas controladores

349.017

191.917

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Vital Engenharia Ambiental S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Notas	Reserva de capital										Total
		Capital social	Ágio na emissão de ações	Ágio em transações de capital	Reserva legal	Retenção de lucros	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total dos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	
Distribuição de Dividendos	21.e	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(103.493)	(103.493)
Distribuição de Dividendos conf. AGE de 19/03/2024	21.e	-	-	-	-	-	(22.103)	-	-	(22.103)	-	(22.103)
Distribuição de Dividendos conf. AGE de 24/06/2024	21.e	-	-	-	-	(135.015)	(19.985)	-	-	(155.000)	-	(155.000)
Distribuição de Dividendos conf. AGE de 05/09/2024	21.e	-	-	-	-	(71.599)	-	-	-	(71.599)	-	(71.599)
Distribuição de Dividendos conf. AGE de 10/12/2024	21.e	-	-	-	-	(12.088)	-	-	-	(12.088)	-	(12.088)
Ágio em transações de capital	21.b	-	-	(30.000)	-	-	-	-	-	(30.000)	-	(30.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	191.917	-	-	191.917	103.732	295.649
Destinação do resultado:												
Dividendos mínimos obrigatórios	21.e	-	-	-	-	-	(5.758)	-	-	(5.758)	-	(5.758)
Retenção de lucros para investimentos conf. orçamento de capital	21.g	-	-	-	-	186.159	-	(186.159)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		196.203	21.566	(30.000)	39.240	437.426	-	-	46.778	711.213	268.035	979.248
Distribuição de Dividendos	21.e	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(215.485)	(215.485)
Distribuição de Dividendos conf. AGE de 15/01/2025	21.e	-	-	-	-	(14.359)	-	-	-	(14.359)	-	(14.359)
Distribuição de Dividendos conf. AGE de 30/05/2025	21.e	-	-	-	-	(96.813)	-	-	-	(96.813)	-	(96.813)
Distribuição de Dividendos conf. AGE de 20/08/2025	21.e	-	-	-	-	(14.360)	-	-	-	(14.360)	-	(14.360)
Distribuição de Dividendos conf. AGE de 29/09/2025	21.e	-	-	-	-	(31.591)	-	-	-	(31.591)	-	(31.591)
Distribuição de Dividendos conf. AGE de 24/11/2025	21.b	-	-	-	-	(12.923)	-	-	-	(12.923)	-	(12.923)
Distribuição de Dividendos conf. AGE de 18/12/2025	21.b	-	-	-	-	(283.267)	-	-	-	(283.267)	-	(283.267)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	623	623	-	623
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	349.017	-	-	349.017	147.736	496.753
Destinação do resultado:												
Dividendos mínimos obrigatórios	21.e	-	-	-	-	-	(10.471)	-	-	(10.471)	-	(10.471)
Retenção de lucros para investimentos conf. orçamento de capital	21.g	-	-	-	-	338.546	-	(338.546)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		196.203	21.566	(30.000)	39.240	322.659	-	-	47.401	597.069	200.286	797.355

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Vital Engenharia Ambiental S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		349.017	191.917	496.753	295.649
Itens de resultado que não afetam o caixa					
Depreciações	12.b	28.133	21.327	61.942	59.487
Resultado de equivalência patrimonial	11.b	(271.906)	(211.819)	1.365	2.001
Baixas do imobilizado	12.b	1.051	511	45.896	8.423
Valor de imposto de renda e contribuição social diferidos	17	10.283	(1.629)	(22.623)	(9.619)
Provisão/(reversão) para riscos trabalhistas, tributárias e cíveis	19 e 25	(4.382)	7.502	(6.584)	38.507
Perda no recebimento de clientes	25	-	-	64	22.522
Reversão de provisão de crédito de liquidação duvidosa	25	(23.302)	-	(23.302)	-
Juros e encargos de empréstimos, financiamentos e debêntures	14.d	38.287	30.570	61.394	58.091
Lucro ajustado		127.181	38.379	614.905	475.061
Variações nos ativos e passivos					
Aplicações financeiras vinculadas	5	18.660	(24.129)	18.660	41.536
Contas a receber	6	45.191	(13.791)	75.200	240.781
Precatórios a receber	7	(158.772)	-	(158.772)	-
Adiantamentos de clientes	6.b	-	-	(12.596)	(46.156)
Ônus da concessão	18	-	-	1.856	(37.575)
Estoques	-	(121)	1.760	3.353	1.402
Impostos a recuperar	8	(14.999)	(12.825)	(214.446)	(17.888)
Partes relacionadas	9	(263.785)	(23.971)	153.365	16.139
Depósitos judiciais	19	(106)	41.883	(18.352)	39.193
Outros ativos	10	131	250	(257)	4.610
Dividendos recebidos de empresas investidas	11.b	415.307	244.625	-	-
Fornecedores	13	(5.961)	1.841	(15.224)	21.270
Pagamento de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	14.d	(38.840)	(31.813)	(42.347)	(61.965)
Pagamento de demandas judiciais	19	-	-	(621)	(5.552)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-	-	-	(228.496)	(126.921)
Obrigações tributárias	15	33.132	1.312	253.560	84.680
Obrigações trabalhistas	16	742	(2.005)	5.722	(24.145)
Outras contas a pagar	-	4.505	(864)	(19.803)	15.816
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		162.265	220.652	608.707	620.286
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de ativo imobilizado	12.b	(74.288)	(21.658)	(137.833)	(64.863)
Aquisição de ativo intangível	-	-	-	(2.890)	-
Alienação de empresas investidas	11.b	19.337	-	-	-
Aquisição de participação em controlada	-	-	(24.000)	-	(24.000)
Aportes de capital em empresas investidas	11.b	(17.999)	(10.189)	(984)	(1.824)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		(72.950)	(55.847)	(141.707)	(90.687)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Captações de empréstimos, financiamentos e debêntures	14.d	312.661	194.064	722.410	213.155
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos e debêntures	14.d	(96.980)	(45.390)	(123.212)	(105.035)
Pagamento de dividendos	-	(314.609)	(240.603)	(530.089)	(365.815)
Caixa líquido gerado pelas (consumido nas) atividades de financiamento		(98.928)	(91.929)	69.109	(257.695)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		(9.613)	72.876	536.109	271.904
Demonstração do aumento de caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	122.344	49.468	508.226	236.322
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	-	112.731	122.344	1.044.335	508.226
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		(9.613)	72.876	536.109	271.904

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis trimestrais individuais e consolidadas.

Vital Engenharia Ambiental S.A.

Demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas				
Vendas de serviços e locação	490.571	490.252	2.171.585	1.993.683
Receita de construção (ICPC 01)	(537)	(504)	131.173	86.746
Outras receitas	27.154	11.048	50.837	66.674
Perda no recebimento de clientes	-	-	(64)	(22.522)
Total	517.188	500.796	2.353.531	2.124.581
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos serviços prestados	(159.130)	(163.725)	(657.029)	(587.730)
Custo de construção (ICPC 01)	-	-	(105.652)	(62.511)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(36.493)	(32.213)	(71.577)	(139.391)
Total	(195.623)	(195.938)	(834.258)	(789.632)
Valor adicionado bruto	321.565	304.858	1.519.273	1.334.949
Depreciação e amortização	(27.262)	(20.870)	(58.367)	(53.693)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	294.303	283.988	1.460.906	1.281.256
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	271.906	211.819	(1.365)	(2.001)
Receitas financeiras	155.930	25.892	273.582	95.875
Total	427.836	237.711	272.217	93.874
Valor adicionado total a distribuir	722.139	521.699	1.733.123	1.375.130
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos				
Remuneração direta	155.992	171.422	510.005	512.220
Benefícios	102.536	98.186	317.444	289.716
FCTS	13.688	16.600	45.828	44.289
Outras despesas com pessoal	-	-	2.417	2.672
Total	272.216	286.208	875.694	848.897
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	46.337	(77)	254.318	136.919
Estaduais	4.115	3.601	12.856	11.899
Municipais	747	571	2.297	1.702
Total	51.199	4.095	269.471	150.520
Remuneração do capital de terceiros				
Juros	44.264	34.808	82.657	74.001
Aluguéis	5.443	4.671	8.548	6.063
Total	49.707	39.479	91.205	80.064
Remuneração de capitais próprios				
Dividendos	10.471	5.758	10.471	5.758
Lucros retidos	338.546	186.159	338.546	186.159
Participação dos não-controladores nos lucros retidos	-	-	147.736	103.732
Total	349.017	191.917	496.753	295.649
Valor adicionado distribuído	722.139	521.699	1.733.123	1.375.130

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

1. Contexto operacional

1.1. Objeto social

A Vital Engenharia Ambiental S.A. (Companhia) é uma sociedade por ações de capital aberto, registrada na categoria A perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) sob o número CVM 2751-0. Constituída em 1º de fevereiro de 1998 com sede na cidade do Rio de Janeiro, a Companhia atua principalmente na prestação de serviços de limpeza, manutenção, recuperação, conservação, construção e outros serviços relacionados, que também podem ser prestados sob forma de concessão de serviços públicos.

A Companhia atua principalmente nas seguintes áreas de negócio:

- atendimento a demanda dos municípios brasileiros que vêm adotando a terceirização de serviços de limpeza pública, através de contratos de prestação de serviços ou concessões de serviços públicos;
- construção de aterros sanitários centrais de tratamento de resíduos (CTRs), por iniciativa própria, que atendam a várias cidades em conjunto;
- recuperação de áreas degradadas e de deposição irregular de resíduos;
- manutenção de áreas verdes, parques e jardins, conservação de monumentos e logradouros públicos;
- aproveitamento do biogás gerado em algumas de suas CTRs (Centrais de Tratamento de Resíduos).

Controle Societário

A Companhia tem como controlador o Gama Fundo de Investimentos em Participações (“GAMA FIP”).

Em 21 de outubro de 2024 o controle da Companhia foi transferido da Somah Investimentos e Participações S.A., anteriormente denominada Queiroz Galvão S.A., para o Gama Fundo de Investimentos em Participações.

Em 15 de maio de 2025 a acionista Somah Investimentos e Participações S.A. transferiu a totalidade de suas ações para VPAR Participações S.A.

1.2. Operações da Companhia e de suas controladas

As investidas da Vital Engenharia Ambiental S.A. atuam em segmentos complementares ao seu objeto social. As principais controladas e suas respectivas áreas de negócio são:

Central de Gerenciamento Ambiental BARU S.A.

Sociedade anônima de capital fechado que tem como objeto social a implantação e operação de empreendimento, localizado no Estado de Goiás, voltado ao gerenciamento de resíduos sólidos ou rejeitos perigosos e não perigosos, contemplando transporte, transbordo, tratamento, destinação final de resíduos ambientalmente adequada e disposição final de rejeitos ambientalmente adequada.

EBMA – Empresa Brasileira de Meio Ambiente S.A.

Sociedade anônima de capital fechado que tem como objeto social a execução de serviços de limpeza pública, compreendendo a coleta e transporte de lixo domiciliar, urbano, hospitalar, industrial e especial, serviços de varrição de ruas, praças e logradouros públicos, operação e manutenção de sistemas de disposição de resíduos sólidos, operação, conservação, manutenção, modernização, ampliação e exploração de serviços públicos de coleta de resíduos em geral, controle, operação, manutenção e funcionamento de usinas de reciclagem e compostagem de resíduos e de aterro sanitário e a realização de serviços e atividades pertinentes e correlatas.

EBMA Gestão de Resíduos S.A. (EBMA ER)

Sociedade anônima de capital fechado, constituída internamente no exercício de 2025, controlada integralmente pela Companhia. Atua na gestão e no manejo de resíduos sólidos, encontrando-se em fase inicial de estruturação operacional. A investida passou a integrar o perímetro de consolidação a partir de sua constituição no período.

Ecovital Central de Gerenciamento Ambiental S.A. (alienada em 2025)

A Ecovital Central de Gerenciamento Ambiental S.A. era sociedade anônima de capital de fechado que atuava nos segmentos de tratamento e destinação de resíduos industriais, inclusive térmico, gestão, gerenciamento e remediação de áreas contaminadas, armazenamento e operações de estações de transferência, blindagem, disposição final de resíduos e rejeitos industriais em diferentes estados físicos, execução de serviços de engenharia ambiental, assim como análises, consultorias, assessorias e projetos relacionados ao meio ambiente.

Em 24 de outubro de 2025, a Companhia alienou a totalidade de sua participação societária na Ecovital, deixando a investida de integrar o grupo econômico a partir desta data.

Macaúbas Meio Ambiente S.A.

Sociedade anônima de capital de fechado que tem como objeto social a execução, por meio de Parceria Público-Privada na modalidade Concessão Administrativa do Serviço Público, a disposição final, em aterro sanitário, e tratamento dos resíduos sólidos urbanos classificados, segundo a ABNT, como sendo classe II-A e classe II-B, provenientes da limpeza urbana do Município de Belo Horizonte – MG, pelo prazo de 25 anos conforme contrato assinado em 20 de novembro de 2008.

Central de Gerenciamento Ambiental Juparanã S.A.

Sociedade anônima de capital de fechado que tem como objeto social a implantação e operação de empreendimento, no Município de Linhares – ES, voltado ao gerenciamento de resíduos sólidos ou rejeitos perigosos e não perigosos, contemplando: **(a)** transporte; **(b)** transbordo; **(c)** tratamento; **(d)** destinação final de resíduos ambientalmente adequada; e **(e)** disposição final de rejeitos ambientalmente adequada.

Arendal Locadora Ltda.

Sociedade empresária limitada que tem como objeto social a exploração do ramo de locação de veículos, máquinas e equipamentos, novos ou usados, nacionais ou importados, de sua propriedade, sem a utilização de mão de obra.

Ecoban Ambiental S.A.

Sociedade anônima de capital fechado que tem como objeto social a execução de serviços públicos integrados de limpeza urbana, construção de aterros ambientais e sua manutenção, e também a recuperação ambiental de aterros sanitários compreendidos em: **(a)** Prestação de serviços de coleta, transporte e destinação final de resíduo sólido domiciliar; **(b)** Prestação de serviços de coleta containerizada, transporte e destinação final de resíduo sólido domiciliar; **(c)** Operação e manutenção de Aterro Sanitário que tenha sido devidamente licenciado pelo órgão ambiental competente; **(d)** Prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduo séptico em equipamentos e instalações que tenham sido devidamente licenciados pelo órgão ambiental; **(e)** Prestação de serviços de varrição manual de ruas; **(f)** Prestação de serviços de varrição mecanizada de ruas; **(g)** Prestação de serviços de limpeza e lavagem de feiras; **(h)** Prestação de serviços diversos e capina de escolas; **(i)** Participação em outras sociedades; **(j)** Aluguel de bens imóveis e móveis, tais como: veículos, máquinas, equipamentos em geral; e **(k)** Prestação de serviços de consultoria, estudo, projetos e engenharia econômica com apresentação de relatórios, laudos e pareceres.

Ecourbis Ambiental S.A.

Sociedade anônima de capital fechado que tem como objeto social executar e explorar, em regime de concessão pelo prazo de 20 anos com início em 2004, podendo ser prorrogado por mais 20 anos, os serviços divisíveis de limpeza urbana prestados em regime público, em conformidade com o Contrato no 26/SSO/2004 com a Prefeitura do Município de São Paulo, que torna a Companhia a concessionária responsável pela coleta, transporte e destinação adequada de resíduos domiciliares, da área de saúde e de materiais recicláveis no Agrupamento Sudeste da cidade de São Paulo. Além da coleta de resíduos a Ecourbis implantou e opera o Aterro Sanitário CTL, a Central Mecanizada de Triagem Carolina Maria de Jesus – CMT, a Unidade de tratamento de resíduos de serviços de saúde – UTRSS em linha com as mais avançadas tecnologias. Ainda opera duas estações de transbordo, monitora três aterros desativados, presta serviços para mais da metade da população do município de São Paulo e realiza serviços de interesse social definidos pela Agência Reguladora de Serviços Públicos do Município de São Paulo (SP Regula). Em 13 de junho de 2024, a Companhia assinou o Termo Aditivo Modificativo no 08/2024 (“TAM”), cujo objetivo é prorrogar o contrato no 026/SSO/04 por um período de 240 meses, com previsão de término em 12 de outubro de 2044. Essa prorrogação está em conformidade com os anexos, apêndices, projetos, memoriais, normas e demais documentos constantes do processo SEI no 9310.2023/0001870-2, os quais passam a integrar o presente termo para todos os efeitos legais. As cláusulas e obrigações pactuadas neste (“TAM”) substituem aquelas previstas no contrato de concessão no 026/SSO/04.

Readequações contratuais

A revisão ordinária da tarifa é um mecanismo contratual. Em junho de 2024, com a conclusão do reequilíbrio econômico-financeiro, o poder concedente se declarou devedor do valor líquido de R\$ 1.002.021. A SP Regula realizou os pagamentos de R\$ 200.000 (duzentos milhões), nos meses de julho a dezembro de 2024 e o valor remanescente de R\$ 802.021 deverá ser pago em 138 parcelas mensais contados a partir janeiro de 2025 monetariamente corrigidas conforme o “Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo” (IPCA). A Companhia reconheceu uma provisão e foram ajustados a valor presente, como determina o CPC nº 12, os valores a serem recebidos a longo prazo.

Econit Engenharia Ambiental S.A.

Sociedade anônima capital de fechado, que tem como objetivo específico, a execução, por meio de Parceria Público-Privada na modalidade Concessão Administrativa dos serviços de coleta de resíduos urbanos, de limpeza pública, a disposição final, em aterro sanitário, e tratamento dos resíduos sólidos urbanos classificados, segundo a ABNT, como sendo classe II-A e classe II-B, provenientes da limpeza urbana do Município de Niterói – RJ, pelo prazo de 20 anos conforme contrato assinado em 1º de agosto de 2011.

Central de Gerenciamento Ambiental Titara S.A.

Sociedade anônima de capital fechado que tem como objeto social o gerenciamento de resíduos sólidos ou rejeitos, perigosos e não perigosos, transportes, transbordos, tratamento, destinação final de resíduos, ambientalmente adequada e destinação final de rejeitos ambientalmente adequada.

SLEA – São Luís Engenharia Ambiental S.A.

Sociedade anônima de capital fechado que tem como objeto social a execução, por meio de Parceria Público-Privada na modalidade Concessão Administrativa do serviço de limpeza pública, a disposição final, em aterro sanitário, e tratamento dos resíduos sólidos urbanos classificados, segundo a ABNT, como sendo classe II-A e classe II-B, provenientes da limpeza urbana do Município de São Luís – MA, pelo prazo de 20 anos conforme contrato assinado em 04 de maio de 2012.

CMTR – Central Metropolitana de Tratamento de Resíduos S.A.

A CMTR – Central Metropolitana de Tratamento de Resíduos S.A. (“Concessionária e/ou Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede e foro em Ribeirão das Neves – MG, iniciou suas atividades em 19 de maio de 2014 e tem como objeto social a operação de empreendimento direcionado ao gerenciamento de resíduos sólidos ou rejeitos perigosos e não perigosos, contemplando: a) transbordo; b) tratamento; c) destinação final de resíduos ambientalmente adequada; e d) disposição final de rejeitos ambientalmente adequada.

Em 25 de fevereiro de 2022, a Companhia celebrou com o Estado de Minas Gerais, através da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, o Termo de Rescisão Amigável, no âmbito do contrato de concessão Administrativa oriundo da concorrência no 02/2013 SEDRU-MG.

Após a rescisão do contrato de concessão, a Administração estudou alternativas para a continuidade operacional da CMTR e conclui que existem oportunidades potenciais para operar no recebimento de resíduos sólidos, atendendo a contratos com clientes públicos e privados. Já existem tratativas para efetivação de negócios dessa natureza e há possibilidade provável que no próximo exercício a Companhia inicie suas operações.

A Companhia encontra-se em reinício de operações cuja expectativa da Administração é de que as instalações estejam concluídas em 2027 e a operação seja iniciada em 2028, não tendo, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, realizado qualquer operação que gerasse faturamento ou recebimento caixa relativo ao seu objeto social.

Inova Gestão de Serviços Urbanos S.A.

Sociedade anônima de capital fechado que tem como objeto social a prestação de serviços indivisíveis de conservação e limpeza pública dos bens de uso comum, varrição, capina e asseio de vias e logradouros públicos. Em 14 de dezembro de 2017, a Companhia e a Prefeitura de São Paulo formalizaram o encerramento do Contrato Público 073/SES/2011 da Prefeitura do Município de São Paulo. Em 1º de junho de 2019, o contrato emergencial foi encerrado e, conseqüentemente, as atividades operacionais da Inova foram concluídas. Desde essa data, a Inova encontra-se inativa até que todos os trâmites necessários para o seu devido encerramento sejam concluídos, tendo os seus gastos e despesas ordinárias honrados com recursos próprios e não há planos de a Administração retomar as operações da Inova em um futuro previsível.

AMA – Angra Meio Ambiente S.A.

Sociedade anônima de capital fechado que tem como objeto social a prestação de serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos do Município de Angra dos Reis – RJ, com o propósito específico de realizar os serviços descritos no Contrato de Parceria Público-Privada, na modalidade de Concessão Administrativa, pelo prazo de 20 conforme contrato assinado em 28 de junho de 2021.

VIOS Engenharia Ambiental S.A.

Sociedade anônima de capital fechado que tem como objeto social: **(a)** execução de serviço de limpeza pública e particular, compreendendo a coleta e transporte de resíduos domiciliar, urbano, industrial e especial; **(b)** serviços de varrição de ruas, praças e logradouros públicos; **(c)** operação e manutenção de sistemas de disposição de resíduos sólidos; **(d)** operação, conservação, manutenção, modernização, ampliação e exploração de serviços públicos de coleta de resíduos; **(e)** construção, implantação, operação, manutenção, controle e funcionamento de unidades de reciclagem e compostagem de resíduos e de aterro sanitário; **(f)** coleta, transporte e tratamento de resíduos provenientes dos serviços de saúde; **(g)** recuperação de áreas degradadas; **(h)** recuperação de áreas de deposição irregular de resíduos; **(i)** implantação, modernização e manutenção de áreas verdes, parques e jardins; **(j)** limpeza e conservação de monumentos e logradouros públicos; e **(k)** a realização de serviços e atividades pertinentes e correlatas.

Hígia Ambiental S.A.

Sociedade anônima de capital fechado que tem como objeto social: **(a)** execução de serviço de limpeza pública e particular, compreendendo a coleta e transporte de resíduos domiciliar, urbano, industrial e especial; **(b)** serviços de varrição de ruas, praças e logradouros públicos; **(c)** operação e manutenção de sistemas de disposição de resíduos sólidos; **(d)** operação, conservação, manutenção, modernização, ampliação e exploração de serviços públicos de coleta de resíduos em geral; **(e)** construção, implantação, operação, manutenção, controle e funcionamento de unidades de reciclagem e compostagem de resíduos e de aterro sanitário; **(f)** coleta, transporte e tratamento de resíduos provenientes dos serviços de saúde; **(g)** recuperação de áreas degradadas; **(h)** recuperação de áreas de deposição irregular de resíduos; **(i)** implantação, modernização e manutenção de áreas verdes, parques e jardins; **(j)** limpeza e conservação de monumentos e logradouros públicos; **(k)** a realização de serviços e atividades pertinentes e correlatas; **(l)** participação com recursos próprios em outras empresas; **(m)** locação de máquinas, equipamentos, e veículos, sem mão de obra associada; **(n)** consultoria na área ambiental; **(o)** participação, a critério da diretoria, em consórcio com empresas congêneres, visando disputar licitações e executar serviços ligados aos demais objetivos do seu Estatuto; e **(p)** assessoria empresarial em atividades-meio, para sociedades controladas, coligadas ou sob controle comum.

Ecoparque Pirapora Ambiental S.A.

Sociedade anônima de capital fechado que tem como objeto social a implantação e operação de empreendimento destinado ao gerenciamento de resíduos sólidos e rejeitos perigosos e não perigosos, contemplando: **(a)** transporte; **(b)** transbordo; **(d)** destinação final de resíduos ambientalmente adequada; e **(e)** disposição final de rejeitos ambientalmente adequada. A Companhia encontra-se em fase pré-operacional não tendo, até 31 de dezembro de 2025, realizado qualquer operação que gerasse faturamento e caixa relativo ao seu objeto social.

São Simão Saneamento Ambiental S.A.

Sociedade anônima de capital fechado que tem como objeto social a prestação dos serviços públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e serviços complementares de água e esgoto, bem como a realização das atividades correlatas e a exploração de receitas extraordinárias, no Município de São Simão, Estado de Goiás, em regime de exclusividade e mediante concessão Administrativa, conforme especificações contidas no Edital de Concorrência Pública nº 003/2021 e no contrato Administrativo nº 036/2022 firmado com o referido Município, pelo prazo de 35 anos contados da data da assinatura do contrato em 15 de junho de 2022.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

2.1. Base de elaboração

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia compreendem as demonstrações contábeis individuais, identificadas como Controladora, e as demonstrações contábeis consolidadas, identificadas como Consolidadas de 31 de dezembro de 2025 foram preparadas utilizando-se a base contábil da continuidade operacional e são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), e as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS®”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB®”) atualmente denominadas pela Fundação IFRS® como “normas contábeis IFRS®” (IFRS® Accounting Standards), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS® Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations), em vigor em 31 de dezembro de 2025, e evidenciam todas as informações relevantes, e somente elas, que estão consistentes com as informações utilizadas pela Administração no desempenho de suas funções.

O critério de mensuração utilizado na elaboração das demonstrações contábeis considera o custo histórico, o valor líquido de realização, o valor justo ou o valor recuperável.

Na preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração utiliza julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e julgamentos relevantes estão divulgados na Nota Explicativa nº 3.19 – Uso de estimativas e julgamentos.

b) Data de aprovação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram aprovadas para divulgação pela Administração em 23 de março de 2026.

c) Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia e de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando-se a moeda do principal ambiente econômico, no qual cada empresa atua (“Moeda Funcional”). A Moeda Funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas é o real. Para fins de apresentação, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de reais (“R\$”), exceto quando mencionado de outra forma, e os saldos são arredondados para o milhar mais próximo indicado.

2.2. Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis individuais estão sendo apresentadas juntamente com as demonstrações contábeis consolidadas, tendo sido elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores e das normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis [CPC].

Nas demonstrações contábeis individuais, as empresas controladas, empresas controladas em conjunto e empresas coligadas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Controladora nas demonstrações contábeis e individuais os mesmos ajustes são feitos, em ambas as demonstrações contábeis, refletindo as mesmas práticas contábeis.

2.3. Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas incluem a controladora Vital Engenharia Ambiental S.A. e suas controladas, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 11. A consolidação é realizada a partir da data em que a Companhia obtém controle sobre a investida e é interrompida quando esse controle deixa de existir.

A Companhia possui controle quando:

- (i)** detém poder sobre a investida;
- (ii)** está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes do seu envolvimento; e
- (iii)** possui a capacidade de utilizar esse poder para afetar tais retornos.

O controle é reavaliado sempre que fatos ou circunstâncias indiquem alteração em qualquer um desses elementos. Mesmo sem deter a maioria dos direitos de voto, a Companhia pode ter controle quando seus direitos são suficientes para direcionar unilateralmente as atividades relevantes, considerando fatores como dispersão acionária, direitos de voto potenciais, acordos contratuais e padrões de votação anteriores.

As demonstrações contábeis das controladas são ajustadas, quando necessário, para assegurar a uniformidade das políticas contábeis. Todas as transações, saldos, receitas, despesas e fluxos de caixa entre as empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação.

As participações de não controladores são apresentadas separadamente no patrimônio líquido e no resultado. No reconhecimento inicial, podem ser mensuradas ao valor justo ou com base na participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da entidade adquirida. Após o reconhecimento inicial, são ajustadas pela parcela correspondente do resultado e das demais variações patrimoniais.

Alterações no percentual de participação que não resultem em perda de controle são tratadas como transações com proprietários, sendo os efeitos reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

Na perda de controle, o ganho ou a perda é determinado pela diferença entre (i) a soma do valor justo da contraprestação recebida e da participação residual e (ii) o valor contábil dos ativos, passivos e participações de não controladores da antiga controlada. Saldo previamente registrados em outros resultados abrangentes são reclassificados conforme as normas aplicáveis. A participação remanescente, quando existente, é mensurada ao valor justo e passa a ser contabilizada de acordo com as normas aplicáveis a instrumentos financeiros ou investimentos em coligadas e joint ventures.

2.4 Continuidade operacional

A Administração tem, na data de aprovação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, expectativa razoável de que o Grupo possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, eles continuam a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

2.5 Classificação de Juros e Dividendos na Demonstração dos Fluxos de Caixa

Em conformidade com o CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, os fluxos de caixa relacionados a juros e dividendos são classificados de acordo com a natureza da transação e com as práticas adotadas pela Companhia, conforme descrito a seguir:

- Juros pagos: classificados como fluxos de caixa das atividades operacionais, por estarem relacionados ao financiamento das operações correntes da Companhia;
- Juros recebidos: classificados como fluxos de caixa das atividades de investimento, por decorrerem de aplicações financeiras realizadas com recursos excedentes;
- Dividendos recebidos: classificados como fluxos de caixa das atividades de investimento, quando provenientes de participações societárias;
- Dividendos e juros sobre capital próprio pagos: classificados como fluxos de caixa das atividades de financiamento, por representarem distribuição de resultados aos acionistas.

2.6. Resultado básico por ação

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33) – Resultado por Ação.

A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos com efeito dilutivo, e, portanto, o resultado básico por ação é igual ao resultado diluído por ação.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis descritas em detalhes adiante têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1. Instrumentos financeiros

3.1.1. Reconhecimento, classificação e mensuração inicial

Os ativos financeiros originados pela Companhia, como contas a receber de clientes, e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos na data de sua origem. Os demais ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia e suas controladas passam a integrar as disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo. Para os instrumentos não classificados ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação diretamente atribuíveis são acrescidos ao valor inicial. Contas a receber sem componente financeiro significativo são mensuradas inicialmente ao valor da contraprestação acordada.

A compensação entre ativos e passivos financeiros somente é permitida quando existe direito legalmente exequível e intenção de liquidar os valores em base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.1.2. Ativos financeiros

A Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, a depender do modelo de negócio, um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas.

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

i) Custo amortizado;

ii) Valor justo por meio do resultado (VJR);

iii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos contratuais de receber os fluxos de caixa do ativo expiram ou são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos pela Companhia.

i) Custo amortizado

A Companhia classifica ativos financeiros como mensurados ao custo amortizado somente se dois critérios forem atendidos:

- i)** O ativo financeiro é mantido dentro de modelo de negócio cujo objetivo seja receber os fluxos de caixa contratuais; e
- ii)** Os termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

ii) Valor justo por meio do resultado

Todos os ativos financeiros não classificados pela Companhia como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA e ativos financeiros em que seus fluxos de caixa não representem exclusivamente pagamentos de principal e juros, são classificados como valor justo por meio do resultado. Essa categoria inclui também os instrumentos de dívida cujas características de fluxo de caixa não são mantidas dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja coletar fluxos de caixa contratuais ou coletar fluxos de caixa contratuais e vender.

iii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Instrumentos de dívida ao VJORA, com ganhos ou perdas revertidos para lucros ou perdas no desreconhecimento. Os ativos financeiros nesta categoria são os instrumentos de dívida cotados da Companhia que são mantidos dentro de um modelo de negócios para coletar fluxos de caixa e vender.

Instrumentos patrimoniais a VJORA esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

3.1.3. Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- 1.** eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- 2.** índices ou taxas que afetem a remuneração contratual, inclusive taxas variáveis;
- 3.** cláusulas de pré-pagamento e a prorrogação do prazo;
- 4.** restrições que limitem o acesso da Companhia a fluxos de caixa específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente – o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

3.1.4. Passivos financeiros

A Companhia classifica seus passivos financeiros, dependendo da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos, nas seguintes categorias:

- i)** mensurados ao custo amortizado;
- ii)** valor justo por meio do resultado.

A maior parte dos passivos financeiros é mensurada ao custo amortizado, com reconhecimento de juros, variações cambiais e demais efeitos no resultado. Passivos classificados ao valor justo incluem derivativos e contraprestações contingentes decorrentes de combinações de negócios.

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo, líquidos dos custos de transação, e subsequentemente mensurados ao custo amortizado pela taxa efetiva de juros, exceto aqueles designados ao VJR.

O desreconhecimento ocorre quando a obrigação contratual é liquidada, cancelada ou expira. Diferenças entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos ou passivos assumidos) são reconhecidas no resultado do exercício.

Todos os passivos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo, líquidos dos custos de transação incorridos e são mensurados posteriormente ao custo amortizado e atualizados pelo método da taxa de juros efetivos. Já os instrumentos derivativos permanecem classificados na categoria de valor justo por meio do resultado.

3.2. Contrato de concessão - ICPC 01 (R1) IFRIC 12

A Companhia contabiliza os contratos de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), que estabelece os critérios aplicáveis às concessões de infraestrutura pública.

A infraestrutura utilizada na prestação dos serviços públicos não é registrada como ativo imobilizado das concessionárias, uma vez que o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle sobre o uso da infraestrutura. O contrato prevê apenas a cessão do direito de operar esses bens para a prestação dos serviços públicos, sendo revertidos ao Poder Concedente ao término da concessão. Nesse contexto, o concessionário atua como operador da infraestrutura e prestador de serviços públicos durante o prazo contratual.

Quando o Poder Concedente possui obrigação de pagamento relativa aos investimentos realizados, é reconhecido um ativo financeiro correspondente ao valor garantido pelo Concedente. O montante cuja remuneração não é garantida pelo Concedente é reconhecido como ativo intangível, caracterizando o modelo bifurcado previsto na ICPC 01.

O valor amortizável dos bens vinculados à concessão é apropriado de forma sistemática ao longo do contrato de concessão ou de sua vida útil estimada, dos dois o menor.

O enquadramento dos bens vinculados a concessão requer inicialmente uma análise das características comuns aos contratos de concessão, os quais normalmente apresentam as seguintes características:

- i)** envolvem a prestação de serviços públicos e a administração de infraestrutura relacionada ao serviço concedido ao concessionário;
- ii)** a parte concedente do contrato é um órgão público ou entidade para a qual foi delegado o serviço;

iii) o concessionário é responsável ao menos por parte da gestão da infraestrutura e serviços relacionados, não atuando apenas como mero agente em nome do concedente;

iv) o contrato estabelece o preço inicial a ser cobrado pelo concessionário, regulamentando suas revisões durante toda sua vigência;

v) o concessionário fica obrigado a entregar a infraestrutura ao Poder concedente em determinadas condições especificadas no final do contrato, por pequeno ou nenhum valor adicional, independentemente de quem tenha sido o seu financiador.

A infraestrutura usada pela Companhia que está sujeita a contrato de concessão é controlada pelo Poder Concedente, conforme previsto no ICPC 01 (R1), quando:

i) o concedente controla ou regulamenta quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o preço; e

ii) o concedente controla - por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma - qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final da vigência do contrato de concessão.

O concessionário possui o direito de receber remuneração pela construção da infraestrutura do contrato de concessão, sendo reconhecida:

i) como ativo financeiro, quando tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente pelos serviços de construção. Neste caso, o Poder Concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento, normalmente porque o contrato é executável por lei; e

ii) como ativo intangível, quando recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público.

A receita relacionada aos investimentos realizados é reconhecida como receita de construção, conforme o grau de execução das obras, com contrapartida nos respectivos custos de construção registrados no resultado do exercício.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

caixa e os equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo, com vencimento em até 90 dias a partir da data da contratação, de alta liquidez, com riscos insignificantes de mudança de valor, e prontamente conversíveis em caixa. São contabilizados pelo seu valor de face, que é equivalente ao seu valor justo.

As demais aplicações financeiras que não atendem os critérios de classificação como equivalente de caixa, com prazo de vencimento a partir da data da contratação superior a 90 dias, por exemplo, são apresentadas como aplicações financeiras. Esses ativos são inicialmente mensurados a valor justo e, a depender da forma de gestão desses recursos e das características dos fluxos de caixa contratuais, podem ter sua categoria alterada:

- Custo amortizado: ativos financeiros “não derivativos” cuja finalidade do modelo de negócios seja manter os ativos para recebimento dos fluxos de caixa contratuais em datas específicas (principal e juros);
- Valor justo por meio do resultado: ativos financeiros cujo objetivo da Companhia seja recebimento pela venda. São apresentados no ativo circulante em função da expectativa de realização.

O caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras são mantidas em instituições financeiras com baixo risco de crédito sediadas ou domiciliadas no Brasil e no exterior. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa são apresentados líquidos de saldos de contas garantidas, quando aplicável.

3.4. Contas a receber

As contas a receber são quantias devidas por clientes por contratos de serviços prestados, inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação, a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor justo.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

A Administração, fundamentada em análise dos históricos de perdas, constitui provisão para perda esperada de créditos de liquidação duvidosa das contas a receber dos contratos públicos já encerrados e não liquidados, dos quais considera o montante suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber. Essa avaliação, é revisada periodicamente, considerando a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores.

A Companhia assume que não existia risco de provisão para perdas esperadas devido à ausência de contratos públicos encerrados, não havendo assim constituído novas provisões em 31 de dezembro de 2025.

3.5. Precatórios a receber

Os precatórios são registrados a valor justo no reconhecimento inicial, e subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado, acrescido pelo índice de correção das dívidas públicas utilizado pelo Ente devedor do precatório e com base na opinião legal de cada assessor jurídico. A apropriação de rendimentos é reconhecida no resultado na rubrica de “Receitas financeiras – variação monetária”.

3.6. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, reduzido por provisão para perda ao valor de mercado, quando aplicável. O custo dos estoques inclui gastos incorridos na produção, transporte e armazenagem dos estoques. No caso de estoques acabados, o custo inclui os gastos gerais de fabricação baseadas na capacidade normal de operação.

A Companhia e suas controladas utilizam o método de custeio por absorção. Os custos diretos são apropriados mediante apontamento de forma objetiva, e os custos indiretos são apropriados por meio de rateio com base na capacidade normal de produção, incluindo gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

3.7. Investimento

Investimentos em controladas e coligadas, avaliados pelo método da equivalência patrimonial, com base em demonstrações contábeis das empresas investidas. Os resultados apurados estão demonstrados como resultado operacional na conta de resultado de equivalência patrimonial. As demonstrações contábeis das controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia e até a data em que o controle deixa de existir.

Entidades controladas são aquelas que, de forma direta ou indireta, a controladora exerce o poder de regular as políticas contábeis e operacionais, para a obtenção de benefícios de suas atividades normalmente acompanhadas de uma participação de mais do que a metade dos direitos de voto (capital votante).

Coligadas são investimentos onde a companhia tem o poder de exercer uma influência significativa, mas em que não detém o controle ou o controle conjunto através da participação nas decisões financeiras e operacionais da Companhia.

O uso do método da equivalência patrimonial é suspenso a partir da data em que a Companhia deixar de ter influência significativa sobre a coligada.

3.8. Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo reavaliações procedidas em anos anteriores e os ajustes de avaliação patrimonial ao custo atribuído, deduzido da depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Os itens do imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica de cada componente. Os itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança das estimativas contábeis.

3.9. Intangível

Os intangíveis são reconhecidos pelo custo de aquisição, líquidos da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável. Intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com o método linear pelo período de sua vida útil estimada. Itens que não são amortizados são testados para fins de redução ao valor de recuperação anualmente.

Os ganhos/perdas líquidos na venda de ativos intangíveis são apresentados na demonstração de resultados como outras receitas (despesas) operacionais quando o controle é transferido para o comprador, a recuperação da contraprestação é provável, e os custos associados podem ser estimados de forma confiável.

3.10. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Contas a pagar a fornecedores são reconhecidas, inicialmente, pelo seu valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando relevantes, os valores de contas a pagar a fornecedores são ajustados pelo seu valor presente, sendo consideradas as seguintes premissas para o cálculo: **i)** o montante a ser descontado; **ii)** as datas de liquidação; e **iii)** a taxa de desconto, conforme IFRS13/CPC 46 – Mensuração do Valor Justo e CPC 12 – Ajuste a Valor Presente. O ajuste a valor presente de compras a prazo é registrado nas contas a pagar e tem como contrapartida a conta de custo dos produtos vendidos, posteriormente o valor registrado no contas a pagar é apropriado na rubrica de despesas de juros pela fruição de prazo de pagamentos.

3.11. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.12. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Empresa tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, doze meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

Inicialmente mensurados pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, ao custo amortizado. Caso a transação seja designada ao valor justo por meio do resultado, o registro inicial e subsequente se dá pelo valor justo.

São desreconhecidos quando a obrigação especificada no contrato é quitada, cancelada ou expirada. A diferença entre a quantia escriturada de um passivo financeiro que tenha sido extinto ou transferido para outra parte e a retribuição paga, incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos, é reconhecida nos lucros ou prejuízos como outros rendimentos ou gastos financeiros.

As debêntures são apresentadas no passivo circulante, quando a liquidação é esperada dentro de 12 meses, ou no passivo não circulante, quando a liquidação é esperada após esse período.

3.13. Outros ativos e passivos

São apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. Quando requerido, os elementos de ativos e passivos decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

3.14. Informações por segmentos

As informações por segmento de negócios da companhia são elaboradas com base em demonstrações contábeis disponíveis e que são atribuíveis diretamente ao segmento, sendo representadas por atividades de negócio utilizadas pela Diretoria Executiva para tomada de decisões de alocação de recursos e avaliação de desempenho. Os segmentos de negócios da Companhia são divulgados separadamente, conforme Nota Explicativa nº 28 – Informação por segmento.

3.15. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida quando (ou à medida que) a obrigação de desempenho é satisfeita, conforme previsto nos contratos firmados com clientes, em linha com o CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes. As principais naturezas de receita da Companhia estão descritas a seguir.

3.16.1. Receitas de serviços

A Companhia presta serviços de limpeza pública, coleta, tratamento, gerenciamento e destinação final de resíduos. As receitas são reconhecidas de acordo com medições efetivas dos serviços prestados (pesagem, metragem, quilometragem, duração ou outros critérios definidos contratualmente), ao longo do período em que as atividades são executadas.

i) Limpeza pública

As receitas com transações, relacionadas à prestação de serviços de limpeza pública, são compostas por coleta domiciliar, varrição e outros serviços às cidades. Por se trata de serviços não divisíveis, ou seja, não são prestados separadamente para os clientes finais, são considerados como uma única obrigação de desempenho “Limpeza Pública”. Conforme previsto nos contratos de prestação de serviço a obrigação de desempenho é cumprida ao fim de cada mês, quando são compilados os quantitativos dos serviços que foram prestados, resultando na medição dos serviços submetida ao cliente. As receitas são reconhecidas com base nessas medições, subseqüentemente substituídas pelas correspondentes faturas emitidas.

ii) Coleta pública e privada

As receitas provenientes da prestação dos serviços de coleta a entes públicos são decorrentes de: coletas e transporte de resíduos sólidos domiciliares e de resíduos de outros serviços a cidades. As receitas provenientes da prestação de serviços de coleta a entes privados são decorrentes de coletas e transporte de resíduos comerciais e industriais. Conforme os contratos de prestação dos serviços de coleta, a obrigação de desempenho é cumprida e a referida receita é reconhecida de acordo com as pesagens das quantidades de resíduos coletados.

iii) Tratamento e destinação final de resíduos

As obrigações de desempenho inerentes aos serviços de tratamento e destinação final de resíduos são cumpridas e as respectivas receitas são reconhecidas ao final de cada mês, de acordo com a pesagem dos resíduos tratados e/ou depositados nos aterros.

3.16.2. Receitas de locação

A Companhia e suas controladas celebram contratos de arrendamento na qualidade de arrendador com relação a locação de equipamentos para ganho de mobilidade na execução dos demais serviços prestados pela Companhia e suas controladas.

A receita de aluguel oriunda de arrendamento operacional é reconhecida pelo método linear durante o prazo do arrendamento em questão. Os custos diretos iniciais incorridos na negociação e preparação do arrendamento operacional são adicionados ao valor contábil dos ativos arrendados e reconhecidos pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

3.16.3. Receitas de construção

A receita relacionada aos serviços de Construção ou Melhoria sobre o Contrato de Concessão é determinada e reconhecida de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes. Como a obrigação de performance dos serviços de construção é satisfeita ao longo do tempo, a Companhia reconhece a receita segundo o método de porcentagem de conclusão (POC). Essa receita é reconhecida juntamente com os respectivos tributos diferidos e custos de construção na demonstração do resultado de sua competência e está diretamente relacionada ao respectivo instrumento financeiro.

3.16.4. Receita de reequilíbrio e/ou reivindicações

São os custos não previstos no contrato que a concessionária procura cobrar do Poder Concedente para reembolso dos custos não incluídos no preço originalmente contratado. A reivindicação pode surgir, por exemplo, de atrasos causados pelo Poder Concedente, de erros nas especificações ou na concepção e de variações discutidas nos trabalhos objeto do Contrato de Concessão.

A mensuração da quantia da receita proveniente de reivindicações está sujeita a um alto nível de incerteza e depende do desfecho das negociações. Por isso, as reivindicações somente são reconhecidas como receitas quando:

- i)** as negociações tiverem atingido um estágio avançado tal, que é provável que o contratante (cliente) aceitará a reivindicação; e
- ii)** a quantia que provavelmente será aceita pelo cliente puder ser mensurada com confiabilidade.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.17. Novas normas e pronunciamentos emitidos

As alterações de normas e novos pronunciamentos contábeis que entraram em vigor em 2025 não tiveram impacto material sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia. As principais atualizações aplicáveis conforme listado a seguir:

Normativo	Destaques	Avaliação da Administração
IAS 21 / CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (emenda sobre conversibilidade)	Orienta avaliação consistente de conversibilidade de moeda e divulgações quando houver restrições cambiais que afetem mensuração ou apresentação.	Sem impactos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, dado que a Companhia não atua em ambiente com restrições relevantes de conversibilidade. Monitoramento contínuo.
OCPC 10 – Créditos de Carbono (tCO ₂ e), Permissões de Emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	Define reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono, permissões de emissão e obrigações associadas (legais ou não formalizadas), inclusive quando há origem, compra, venda, utilização ou negociação.	Sem impactos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. a Administração avalia a necessidade de política específica e divulgações adicionais caso surjam transações relevantes.

A seguir, estão listadas as principais alterações em normas contábeis que, na avaliação da Administração, poderão eventualmente gerar impacto em divulgações de períodos subsequentes da Companhia:

Pronunciamento	Emissão	Destaques	Vigência
IFRS 18 / CPC 51 – Presentation and Disclosure in Financial Statements	Abr/2024	Nova estrutura de apresentação (categorias: operacional, investimento e financiamento), subtotais padronizados na DRE; MPMs (medidas de desempenho definidas pela Administração); ajustes na DFC e divulgações.	1o/01/2027 (aplicação retrospectiva, com disposições de transição)
IFRS 9 / IFRS 7 – Emendas: Classificação e Mensuração	Mai/2024	Esclarece SPPI, fluxos contratuais, baixa de passivos non-recourse, e novas divulgações para instrumentos financeiros.	1o/01/2026
IFRS 9 / IFRS 7 – Contracts Referencing Nature-dependent Electricity	Mai/2024	Ajustes para contratos de energia (own-use, qualificação/hedge) e requisitos de divulgação.	1o/01/2026
Melhorias Anuais nas Normas Contábeis IFRS - Volume 11	Julho de 2024	Em julho de 2024, o IASB emitiu o documento Melhorias Anuais nas Normas Contábeis IFRS – Volume 11, que faz pequenas alterações às IFRS 1 (CPC 37 (R1)), IFRS 7 (CPC 40 (R1)), IFRS 9 (CPC 48), IFRS 10 (CPC 36 (R3)) e IAS 7 (CPC 03 (R2)).	Exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgação.		A IFRS 19 é uma norma de aplicação voluntária que permite que as entidades elegíveis forneçam divulgações reduzidas ao aplicar as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) em suas demonstrações contábeis. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido na IFRS 10, não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final intermediária) que prepare demonstrações contábeis consolidadas disponíveis para uso público, que estejam em conformidade as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards).	1º/01/2027 com regras de transição específicas

3.18. IFRS 18/CPC 51 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

Em abril de 2024, o IASB emitiu a IFRS 18 / CPC 51 – *Presentation and Disclosures in Financial Statements*, que substituiu a IAS 1 / CPC 26 e introduz novos requisitos voltados a aprimorar a comparabilidade das demonstrações contábeis e a transparência das informações apresentadas. A norma é aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com adoção retrospectiva permitida.

Embora a IFRS 18 / CPC 51 não altere critérios de reconhecimento ou mensuração de ativos, passivos, receitas ou despesas, espera-se impacto relevante sobre a apresentação das demonstrações contábeis primárias e sobre as divulgações. Dentre as principais mudanças, destacam-se:

- introdução de novas categorias obrigatórias de apresentação na demonstração do resultado, separando atividades operacionais, de investimento e de financiamento, com subtotais padronizados;
- exigência de divulgações adicionais relacionadas a medidas de desempenho definidas pela Administração (*management-defined performance measures – MPMs*);
- novas regras de agregação e desagregação para as demonstrações contábeis e notas explicativas.

A Companhia avalia que a adoção da norma impactará principalmente a apresentação da demonstração do resultado e da demonstração dos fluxos de caixa, bem como exigirá revisões na estrutura e no detalhamento das notas explicativas. Até a presente data, não são esperados impactos materiais sobre as políticas de conhecimento ou mensuração adotadas pela Companhia.

Além destas, a Companhia não prevê que existem outras normas ou alterações de normas IFRS® ou interpretações IFRIC® que ainda não entraram em vigor e que poderiam ter impacto material sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Grupo. A Companhia também não adotou antecipadamente nenhuma norma.

3.19. Uso de estimativas e julgamentos

Ao preparar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros, provisão para perdas em ativos, provisão para imposto de renda e contribuição social e outras avaliações similares. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais.

A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas periodicamente. Mudanças em estimativas contábeis podem afetar apenas o período no qual a revisão foi feita, ou períodos futuros.

Apesar de cada política contábil significativa refletir julgamentos, avaliações ou estimativas, a Companhia acredita que as seguintes práticas contábeis refletem os julgamentos, estimativas e premissas mais críticas, que são importantes para seus negócios e entendimento de seus resultados:

3.19.1. Provisão para desmobilização de ativos

Há muitos fatores que podem afetar o prazo e os valores a serem desembolsados com relação às obrigações para desmobilização. Esses fatores incluem atividades exploratórias e de desenvolvimento futuras, mudanças nos custos, alterações tecnológicas e na legislação, que não podem ser previstas pela Administração. Devido ao alto grau de incerteza, os gastos reais futuros podem ser alterados significativamente dos valores atualmente provisionados.

A provisão é a melhor estimativa do valor presente dos fluxos de caixa futuros necessários para liquidar a obrigação de restauração na data do balanço, com base nas exigências legais e na tecnologia atual. Futuros custos de restauração são revistos anualmente e as alterações são refletidas no valor presente da disposição no final do exercício. O montante da provisão para custos de restauração futuro é capitalizado como um ativo imobilizado e é depreciado de acordo com a vida útil do aterro. O passivo não circulante é atualizado pela taxa de desconto real da Companhia. O ativo é depreciado de forma linear.

3.19.2. Depreciação e amortização

O montante depreciável é o custo de um ativo menos o seu valor residual. A depreciação dos itens inicia-se a partir do momento que os ativos estão instalados e prontos para uso, utilizando-se o método linear ao longo da vida útil estimada dos bens.

É representado por gastos com aquisição de softwares e registro de logomarca. As taxas de amortização são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual as controladas esperam geração de benefícios econômicos.

3.19.3. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

Ativos não financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação da recuperabilidade de ativos (*impairment*). Estes ativos financeiros são considerados ativos não recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado negativamente o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

A cada encerramento do exercício, a Companhia e as suas controladas revisam os saldos dos ativos investimento e intangíveis, avaliando a existência de indicativos de que esses ativos tenham sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo através do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário.

3.19.4. Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre diferenças temporárias entre as bases de cálculo dos referidos tributos e a apuração contábil da Companhia. Os tributos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais são reconhecidos na extensão em que seja provável a existência de lucro tributável futuro.

Esses ativos diferidos são reduzidos na extensão em que não mais seja provável a ocorrência de lucros tributáveis futuros. A existência de lucro tributável futuro baseia-se em estudo técnico aprovado pela Administração da Companhia.

As estimativas críticas da Administração relacionados a tratamentos fiscais incertos de tributos sobre o lucro estão divulgadas na Nota Explicativa nº 16.

3.19.5. Provisões para demandas judiciais

A Companhia e suas subsidiárias estão envolvidas em processos administrativos, judiciais e em arbitragens decorrentes do curso normal dos negócios. A avaliação do prognóstico de perda, realizada pela Companhia com suporte de seus assessores legais, leva em consideração as chances da posição da Companhia e de suas subsidiárias ser aceita ao final do processo, tendo em vista a legislação aplicável, a jurisprudência acerca do tema e os elementos de prova existentes.

Os processos considerados como prováveis de perda estão totalmente provisionados, nos termos do CPC 25/IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, e possuem a natureza tributária, cível ou trabalhista. São considerados prováveis de perda os processos em que há jurisprudência consolidada ou vinculante de forma desfavorável à tese defendida pela Companhia e suas subsidiárias, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, são provisionados nas demonstrações contábeis e os de perda possível, desde que relevantes, são divulgados conforme Nota Explicativa nº 19.

3.19.6. Precatórios a Receber

A mensuração dos precatórios a receber envolve incertezas significativas relacionadas ao prazo e ao valor de realização, uma vez que os pagamentos seguem a ordem cronológica dos Tribunais, sujeita à disponibilidade orçamentária dos entes públicos e a eventuais alterações legais e processuais. A atualização monetária utiliza os critérios estabelecidos pelos respectivos tribunais, incluindo a aplicação da Taxa SELIC a partir de 09/12/2021, conforme EC no 113/2021.

Os valores registrados refletem a melhor estimativa da Administração quanto ao montante recuperável, considerando:

- (i) informações oficiais dos Tribunais (TJMG e TJRN);
- (ii) posição dos processos nas listas unificadas;
- (iii) histórico de realização de cada ente; e
- (iv) ajustes decorrentes de reversão de PCLD, baixas por recebimentos e reclassificações contábeis.

Cada região apresenta prazos distintos de realização: Ipatinga e Natal possuem horizonte de recebimento de longo prazo. As projeções são revisadas periodicamente e podem sofrer alterações relevantes conforme a evolução processual, impacto das atualizações monetárias e capacidade de pagamento do ente devedor.

3.19.7. Resultado básico por ação

A Companhia e suas controladas efetuam os cálculos do resultado por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33) – Resultado por Ação.

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro/prejuízo do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas.

A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos com efeitos dilutivos, e, portanto, o resultado básico por ação é igual ao resultado diluído por ação.

3.19.8. Mensuração de instrumentos financeiros

A Nota Explicativa nº 3.1 apresenta as estimativas de mensuração de instrumentos financeiros, incluindo derivativos, adotadas pela Companhia.

4. Caixa e equivalente de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	-	-	26	21
Bancos conta movimento	1.845	2.536	22.124	27.367
Aplicações de liquidez imediata (i)	110.886	119.808	1.022.185	480.838
Total	112.731	122.344	1.044.335	508.226

(i) O saldo refere-se em sua maioria, a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montantes conhecidos de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudanças de valor com remuneração média entre 100% e 102% do CDI em 31 de dezembro de 2025 e 2024. A variação no consolidado ocorreu, principalmente, pela aplicação da captação das debentures realizada pela investida Ecourbis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Aplicações financeiras vinculadas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo não circulante				
Aplicações financeiras não circulante	5.469	24.129	5.469	24.129
Total	5.469	24.129	5.469	24.129

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de aplicações financeiras refere-se, em sua maior parte, a investimentos em renda fixa de longo prazo, utilizados como caução para garantia de contratos de empréstimos celebrados pelas investidas junto ao Banco Daycoval.

No mês de janeiro de 2025, foi realizado o resgate parcial desses investimentos, no montante de R\$ 18 milhões, em decorrência do encerramento da respectiva garantia contratual.

O saldo remanescente é composto por aplicações financeiras da Controladora, substancialmente concentradas em Certificados de Depósito Interbancário (CDI), mantidas em instituições financeiras de reconhecida solidez.

6. Contas a receber**a) Contas a receber**

O saldo das contas a receber podem ser assim demonstrados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante				
Contas a receber (i) e (vi)	132.760	98.322	312.547	272.961
Valores conforme reequilíbrios contratuais e ou reivindicações (ii)	-	-	69.677	71.007
Total	132.760	98.322	382.224	343.968
Ativo não circulante				
Contas a receber (iii)	47.544	127.070	61.491	135.637
Valores conforme contrato de concessão (iv)	1.193	1.296	35.955	38.165
Valores conforme reequilíbrios contratuais e ou reivindicações (ii)	-	-	727.859	771.963
(-) AVP s/ valores do reequilíbrio contratual	-	-	(240.603)	(247.543)
Perda estimada de crédito de liquidação duvidosa (PECLD) (v)	(17.748)	(41.050)	(17.748)	(41.050)
Total	30.989	87.316	566.954	657.172

(i) Os saldos de contas a receber circulante em 31 de dezembro de 2025 referem-se, em sua maioria, a valores a receber dos clientes, cuja expectativa de liquidação ocorrerá a partir de janeiro de 2026;

(ii) Valores provenientes do reequilíbrio contratual, como consta no Termo Aditivo-Modificativo (TAM) firmado em junho de 2024, a partir da conclusão do reequilíbrio econômico-financeiro, com vistas à prorrogação da vigência do Contrato de Concessão nº 026/SSO/2004, celebrado com a Ecurbis. Com a conclusão do reequilíbrio econômico-financeiro o poder concedente se declarou devedor do valor líquido de R\$ 1.002.021 em favor da Ecurbis, já considerando os descontos negociados entre as partes. O valor devido deverá ser pago da seguinte forma: **(a)** R\$ 100.000 em até 30 dias contados da data de assinatura do TAM; **(b)** R\$ 100.000 em três parcelas iguais com vencimentos em setembro, novembro e dezembro de 2024; e **(c)** o valor remanescente de R\$ 802.021 deverá ser pago em 138 parcelas mensais contados a partir de janeiro de 2025, monetariamente corrigidas conforme o "Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo" (IPCA). Os valores a serem recebidos a longo prazo, foram ajustados a valor presente, conforme determina o CPC nº 12.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para o cálculo do ajuste a valor presente, como os valores serão corrigidos monetariamente, a companhia projetou o valor a receber a longo prazo utilizando a taxa do IPCA e a Taxa de 102% do CDI, que é a mesma remuneração de suas aplicações financeiras, calculando o ajuste a valor presente pela diferença dos dois índices. Em 31 de dezembro de 2025 foi registrado no ativo circulante a liquidação de R\$ 200.000, referente as primeiras parcelas do acordo e no ativo não circulante foi registrado o valor de R\$ 43.462 referente a atualização monetária pelo índice de IPCA.

(iii) Os saldos de contas a receber não circulante em 31 de dezembro de 2025 referem-se aos saldos vencidos a mais de 360 dias.

(iv) Direito contratual de receber aportes públicos do Poder Concedente, classificado no ativo não circulante, como parte da remuneração de implantação da infraestrutura, que conforme o contrato de concessão será realizado ao longo de 20 anos, e os valores são registrados a valor presente, calculados à medida da evolução física das melhorias realizadas.

(v) A Administração constitui provisão para perda esperada de créditos somente para contas a receber de contratos públicos já encerrados e não liquidados, revisando essa estimativa periodicamente com base em análise histórica de perdas, conjuntura econômica e riscos específicos dos devedores. Em 31 de dezembro de 2025, não foram identificados novos contratos encerrados que demandassem atualização ou constituição adicional de provisão. Durante o exercício, foi registrada reversão de provisão no montante de R\$ 23.302, decorrente da inscrição dos respectivos créditos em precatórios judiciais, reduzindo de forma significativa o risco de não realização. Informações adicionais encontram-se na Nota Explicativa nº 7.

(vi) Os saldos a receber com partes relacionadas das investidas totalizando R\$ 14.516, referem-se a operações comerciais de prestação de serviços entre as companhias. Por se tratar de valores de natureza operacional, permanecem classificados em Contas a Receber. Os montantes vencidos há mais de 360 dias estão apresentados no ativo não circulante, conforme expectativa de realização. A Administração não constituiu provisão para perdas sobre esses créditos, uma vez que mantém a expectativa de sua recuperação integral.

O saldo das contas a receber a vencer e vencidos podem ser assim demonstrados:

Circulante	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
A vencer até 30 dias	86.497	81.048	257.367	247.132
Valores conforme reequilíbrios contratuais e ou reivindicações	-	-	69.677	71.007
Vencido até 180 dias	5.602	9.142	12.657	17.441
Vencido até 360 dias	40.661	8.132	42.523	8.388
Total	132.760	98.322	382.224	343.968

Não circulante	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Vencido a mais de 360 dias	47.544	127.070	59.090	135.637
Valores conforme reequilíbrios contratuais e ou reivindicações	-	-	489.657	524.420
Valores conforme contrato de concessão	1.193	1.296	35.955	38.165
Perda estimada de crédito de liquidação duvidosa (PECLD)	(17.748)	(41.050)	(17.748)	(41.050)
Total	30.989	87.316	566.954	657.172

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Movimentação				
Saldo inicial	(41.050)	(41.050)	(41.050)	(41.050)
Reversões	23.302	-	23.302	-
Total	(17.748)	(41.050)	(17.748)	(41.050)

A provisão para perda esperada é constituída apenas para contratos públicos encerrados e não liquidados. Em 31 de dezembro de 2025, não houve necessidade de atualização da provisão, pois não existiam novos contratos encerrados.

Durante o exercício, houve reversão de R\$ 23.302, decorrente da inscrição dos respectivos créditos em precatórios judiciais, reduzindo o risco de perda (Nota Explicativa nº 7).

b) Adiantamento de clientes

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Passivo não circulante		
Compromissos contratuais de concessão - Ecourbis Ambiental S.A.	-	12.596
Total	-	12.596

Os adiantamentos de clientes classificados como obrigação de fazer referem-se a aportes públicos do Poder Concedente destinados à execução de obras de infraestrutura no âmbito do contrato de concessão. Esses valores são reconhecidos como passivo e reduzidos à medida em que as obras correspondentes são executadas, com base na evolução física das melhorias realizadas e no valor presente dos fluxos contratuais.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo foi integralmente liquidado em razão da conclusão das obras vinculadas ao adiantamento, resultando na baixa total do passivo.

7. Precatórios a receber

A Vital Engenharia Ambiental S.A. possui créditos judiciais inscritos como Precatórios a Receber, reconhecidos de acordo com os critérios estabelecidos pelos respectivos Tribunais Estaduais, observando a Resolução CNJ no 303/2019 e as diretrizes da EC no 113/2021, que determina atualização pela Taxa SELIC a partir de 09/12/2021.

Os valores contabilizados refletem as informações oficiais dos Tribunais (TJMG e TJRN), bem como os ajustes decorrentes de reversão de PCLD, baixas por recebimento e reclassificações contábeis.

A realização dos precatórios depende dos prazos estabelecidos pelos tribunais e calendários de pagamento dos entes públicos devedores. A Companhia monitora periodicamente o risco de crédito, pois os pagamentos têm garantia orçamentária conforme previsto no art. 100 da Constituição Federal.

A administração reavalia continuamente a previsão de recebimento com base em informações judiciais atualizadas e em decisões que afetam a ordem cronológica de pagamento.

A seguir, apresentam-se os resumos por região (Ipatinga e Natal), conforme o modelo institucional, destacando natureza dos créditos, evolução processual, valores registrados e eventos relevantes.

Ipatinga (MG)

Os créditos desta região derivam do Contrato no 001/2001, referente a serviços prestados entre 2011 e 2020. As ações judiciais deram origem a quatro precatórios, todos inscritos em 14/03/2024 sob os números 326, 327, 328 e 329 classificados como Precatórios Comuns do Regime Especial do TJMG.

Segundo o SIGPRE/TJMG, os processos encontram-se nas posições 326 a 329, indicando expectativa média de recebimento em cerca de 8 anos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31/12/2025, havia saldo registrado na rubrica Precatórios a Receber, incluindo o valor principal e a respectiva atualização monetária acumulada. Não houve recebimentos no exercício.

Natal (RN)

Os créditos desta região derivam dos Contratos 001/2013, 011/2014 e 005/2015, referente a serviços prestados entre 2013 e 2019. As ações judiciais deram origem a quatro precatórios, todos inscritos em 01/03/2023 sob os números 2022, 2025, 2026 e 2030, classificados como precatórios comuns do regime especial do TJRN.

Segundo o SIGPRE/TJRN, os processos encontram-se nas posições 2022, 2025, 2026 e 2030, indicando expectativa média de recebimento em cerca de 12 anos.

Em 31/12/2025, havia saldo registrado na rubrica Precatórios a Receber, incluindo o valor principal e a respectiva atualização monetária acumulada. Não houve recebimentos no exercício.

8. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
IRRF (i)	20.522	15.974	30.581	26.950
IRPJ do ano vigente	-	1.777	417	3.568
IRPJ de anos anteriores (ii)	33.745	18.432	47.656	25.405
CSLL do ano vigente	28	658	176	1.597
CSLL de anos anteriores (ii)	846	2.813	4.097	4.296
CSLL retida na fonte	80	43	542	1.046
INSS retido na fonte	3.347	2.957	5.280	4.602
PLS e Cofins	4.296	5.211	9.209	9.048
Total	62.864	47.865	97.958	76.512

(i) Na controladora, a variação é decorrente do aumento da alíquota de retenção do IRRF de 1% e 1,2% para 4,8% por diversos clientes da Administração pública municipal com base na tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), por ocasião do julgamento do Recurso Extraordinário com Repercussão Geral nº 1.293.453/RS e na Ação Civil Originária nº 2897;

(ii) Os saldos de IRPJ e CSLL de anos anteriores referem-se a créditos decorrentes de pagamentos indevidos ou a maior. Durante 2025, parte desses créditos foi recuperada por meio de restituições recebidas da Receita Federal. Os valores remanescentes em 31.12.2025 representam apenas os créditos cuja realização futura é considerada praticamente certa, com base na análise dos processos ainda em andamento.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Partes relacionadas**a) Controladora**

Os saldos ativos representam, principalmente, empréstimos concedidos e dividendos a receber entre as sociedades do grupo, conforme detalhamento apresentado no quadro de partes relacionadas.

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, os saldos apresentados com transações com partes relacionadas da controlada são:

Ativo circulante	% de Participação	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos a receber			
SLEA - São Luis Engenharia Ambiental S.A.	50,00%	-	33
Total		-	33
Dividendos a receber			
Ecourbis Ambiental S.A. (i)	63,25%	44.278	79.068
Arendal Locadora Ltda.	99,99%	-	3.767
Ecoban Ambiental S.A.	63,25%	2.657	-
SLEA - São Luis Engenharia Ambiental S.A.	50,00%	3.852	-
EBMA - Empresa Brasileira de Meio Ambiente S.A.	100,00%	2.802	-
ECONIT Engenharia Ambiental S.A.	51,50%	513	-
AMA - Angra Meio Ambiente S.A.	51,00%	541	-
Total		54.643	82.835
Total ativo circulante		54.643	82.868

(i) A redução do saldo decorre do recebimento de dividendos da investida Ecourbis no montante de R\$ 34.790 no exercício.

Ativo não circulante	% de Participação	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos a receber			
Central de Gerenciamento Ambiental Juparanã S.A. (i)	51,00%	3.331	3.331
Central de Gerenciamento Ambiental Baru S.A. (ii)	100,00%	-	885
AMA - Angra Meio Ambiente S.A. (iii)	51,00%	8.987	8.987
Total		12.318	13.203
Dividendos a receber			
Ecourbis Ambiental S.A. (iv)	63,25%	280.879	-
Ecoban Ambiental S.A.	63,25%	4.748	-
Inova Gestão de Serviços Urbanos S.A.	40,00%	3.101	3.101
Total		288.728	3.101
Total ativo não circulante		301.046	16.304

(i) Sobre esta operação incidem juros de 1% a.m. e o vencimento está previsto para 13 de agosto de 2026;

(ii) Sobre esta operação incidiam juros de 100% do CDI + 3% a.a. A operação, originalmente com vencimento previsto para 31 de dezembro de 2026, foi integralmente liquidada em 30 de setembro de 2025;

(iii) Sobre esta operação incidem juros de Taxa Referencial (TR), acrescidos de spread de 6,5% a.a., com recebimentos mensais e o vencimento está previsto para 10 de setembro de 2034;

(iv) Em 31 de dezembro de 2025, a investida Ecourbis aprovou a distribuição de dividendos com pagamento previsto até 31 de dezembro de 2028.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivo circulante	% de Participação	31/12/2025	31/12/2024
Contas a pagar			
Orbis Ambiental S.A. (i)	-	-	1.268
SMHF Participações Eireli (ii)	-	-	6.000
Total no passivo circulante		-	7.268

(i) Compra de 5,5% das ações da investida São Simão Saneamento Ambiental S.A., integralmente liquidado em 31 de dezembro de 2025;

(ii) Compra de 30% das ações da investida Ecoparque Pirapora Ambiental S.A., integralmente liquidado em 31 de dezembro de 2025.

Passivo não circulante	% de Participação	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos a pagar			
CMTR - Central Metropolitana de Trat. de Resíduos S.A. (i)	45,00%	1.053	1.053
Macaúbas Meio Ambiente S.A. (i)	100,00%	1.712	1.712
Econit Engenharia Ambiental S.A. (ii)	51,50%	1.953	1.953
Total no passivo não circulante		4.718	4.718

(i) Sobre estas operações não incidem juros e não possuem data de vencimento;

(ii) Sobre esta operação incide juros de 1% a.m. e o vencimento está previsto para 31 de dezembro de 2026.

Resultado transações com partes relacionadas	% de Participação	31/12/2025	31/12/2024
Receita de serviços			
ECOURBIS Ambiental S.A.	63,25%	3.041	23.501
Total		3.041	23.501
Receita de locação			
MACAÚBAS Meio Ambiente S.A.	100,00%	1.538	1.415
ECOURBIS Ambiental S.A.	63,25%	16.838	9.484
ECONIT Engenharia Ambiental S.A.	51,50%	7.146	6.945
AMA - Angra Meio Ambiente S.A.	51,00%	820	2.486
SLEA - São Luis Engenharia Ambiental S.A.	50,00%	9.395	5.683
Central de Gerenciamento Ambiental TITARA S.A.	50,00%	471	205
Central de Gerenciamento Ambiental JUPARANÃ S.A.	51,00%	910	974
Central de Gerenciamento Ambiental BARU S.A.	83,87%	6.269	-
Total		43.387	27.192
Custo de locação			
ARENDAL Locadora Ltda.	99,99%	(6.917)	(11.846)
Total		(6.917)	(11.846)
Total no resultado		39.511	38.847

As receitas com partes relacionadas referem-se a serviços e locações prestados pela Companhia às empresas do grupo, conforme tabela. No exercício de 2025, a Companhia registrou custo apenas com a Arendal Locadora Ltda., única parte relacionada que fornece serviços de locação à Companhia. As demais partes relacionadas geram somente receitas, pois não há aquisição de bens ou serviços que resultem em custos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Consolidado

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, os saldos apresentados com transações com partes relacionadas consolidado são:

Ativo não circulante	% de Participação	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos a receber			
Pela investida Econit Engenharia Ambiental S.A. (i)		1.839	1.839
Total		1.839	1.839
Dividendos a receber			
Da investida Inova Gestão de Serviços Urbanos S.A.		3.101	3.101
Total		3.101	3.101
Total ativo não circulante		4.940	4.940

(i) Sobre esta operação incide juros de 1% a.m. e o vencimento está previsto para 31 de dezembro de 2026;

Passivo Circulante	% de Participação	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos a pagar			
Pela investida SLEA - São Luis Engenharia Ambiental S/A (i)	50,00%	-	32
Total		-	32
Dividendos a pagar			
Pela investida ECOURBIS Ambiental S/A (ii)	63,25%	25.722	45.936
Pela investida AMA - Angra Meio Ambiente S/A	51,00%	520	-
Pela investida São Luis Engenharia Ambiental S/A	50,00%	3.852	-
Pela investida Ecoban Ambiental S.A.	63,25%	1.557	-
Pela investida ECONIT Engenharia Ambiental S.A.	51,50%	483	-
Total		32.134	45.936
Contas a pagar			
Orbis Ambiental S/A (iii)	-	-	1.268
SMHF Participações Eireli (iv)	-	-	6.000
Total		-	7.268
Total no passivo circulante		32.134	53.236

(i) Sobre esta operação incidiam juros de 1% a.m. A operação originalmente com vencimento previsto para 13 de agosto de 2025 foi integralmente liquidada;

(ii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a investida Ecourbis pagou dividendos aos acionistas minoritários no montante de R\$ 20.214;

(iii) Compra de 5,5% das ações da investida São Simão Saneamento Ambiental S.A., integralmente liquidado em 31 de dezembro de 2025;

(iv) Compra de 30% das ações da investida Ecoparque Pirapora Ambiental S.A., integralmente liquidado em 31 de dezembro de 2025.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivo Não Circulante	% de Participação	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos a pagar			
Pela investida CMTR - Central Metrop.de Trat.de Resíduos S/A (i)	45,00%	1.053	1.053
Pela investida MACAÚBAS Meio Ambiente S/A (ii)	100,00%	37.595	29.079
Total		38.648	30.132
Dividendos a pagar			
Pela investida ECOURBIS Ambiental S/A (iii)	63,25%	163.196	-
Pela investida Ecoban Ambiental S.A.	63,25%	2.755	-
Total		165.951	-
Total no passivo não circulante		204.599	30.132

(i) Sobre esta operação não incidem juros e não possui data de vencimento;

(ii) Sobre esta operação incidem juros de 100% do CDI + 3% ao ano, com vencimento previsto para 10 de abril de 2028. A investida Macaúbas possui debêntures emitidas para a Orbis, parte relacionada não integrante do consolidado. Assim, o saldo é reconhecido integralmente no passivo consolidado da Vital e apenas divulgado como transação com parte relacionada, sem eliminação. O aumento do saldo decorre dos juros remuneratórios não pagos no período.

(iii) No consolidado, os dividendos a pagar representam exclusivamente valores devidos a acionistas não controladores. A parcela de dividendos declarada pelas investidas e devida à controladora é eliminada na consolidação.

c) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração de pessoal chave da Administração compreende a remuneração fixa e variável e os benefícios de curto prazo.

O total de despesas com remuneração da Administração, está demonstrado como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Remuneração da Administração	20.900	8.371
Total	20.900	8.371

Exceto pela remuneração descrita acima, a Companhia não possui benefícios pós-emprego, benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações. Em 31 de dezembro de 2025, a Vital distribuiu R\$ 12.529 em PLR aos funcionários, um aumento significativo em relação aos R\$ 8.371 pagos no mesmo período comparados a 31 de dezembro 2024.

d) Garantias prestadas pela Companhia em favor de investidas

A Companhia atua como garantidora em operações de empréstimos e financiamentos tomados por suas investidas, conforme descrito no quadro a seguir:

Parte Relacionada	% de Participação	Data da Transação	Valor	Data do Vencimento	Instituição
AMA - Angra Meio Ambiente S.A.	51,00%	08/12/2021	144.355,30	04/04/2026	Mercedes-Benz

Os avais (garantias) concedidos pela Companhia são contratados: **(a)** mediante pagamento à Companhia de taxa de aval; ou **(b)** prestação de contragarantia à Companhia pelos demais sócios das controladas da Companhia; ou **(c)** prestação de aval proporcional e não solidário pelo demais sócios das controladas da Companhia.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Outros ativos

Os saldos de outros ativos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante				
Adiantamento a fornecedores (i)	4.407	4.430	11.389	10.737
Adiantamento a funcionários	229	301	2.011	974
Despesas antecipadas	737	798	737	798
Outros	423	394	5.451	3.820
Total	5.796	5.923	19.588	16.329
Ativo não circulante				
Crédito com terceiros (ii)	3.096	3.093	3.096	3.094
Outros	-	-	1.667	4.671
Total	3.096	3.093	4.763	7.765

(i) Os adiantamentos a fornecedores referem-se a pagamentos antecipados para aquisição de insumos e serviços. O aumento do saldo em 31/12/2025 decorre principalmente dos pagamentos antecipados realizados pela Ecourbis relativos a vale-transporte e vale-refeição, cuja baixa ocorreu em janeiro de 2026;

(ii) Referem-se as operações de venda de ativos (investimento e imobilizado) cujo recebimento foi diferido e está previsto para ser realizado em 2026;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Investimentos em sociedades controladas e coligadas

O quadro adiante apresenta a composição do saldo do Investimento em controladas e coligadas.

a) Composição

Descrição	%	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Central de Gerenciamento Ambiental BARU S/A	100,00%	24.415	28.907	-	-
EBMA - Emp. Brasileira de Meio Ambiente S/A	100,00%	10.560	9.957	-	-
ECOVITAL - Central de Gerenciamento Ambiental S/A	71,79%	-	21.335	-	-
MACAÚBAS Meio Ambiente S/A	100,00%	35.995	24.623	-	-
Central de Gerenciamento Ambiental JUPARANÁ S/A	51,00%	3.489	3.439	-	-
ARENDAL Locadora Ltda.	99,99%	46.634	64.277	-	-
ECOBAN Ambiental S/A	63,25%	15.741	23.827	-	-
ECOURBIS Ambiental S/A	63,25%	215.167	321.995	-	-
ECONIT Engenharia Ambiental S/A	51,50%	4.145	3.714	-	-
Central de Gerenciamento Ambiental TITARA S/A	50,00%	24.527	21.025	-	-
SLEA - São Luis Engenharia Ambiental S/A	50,00%	11.087	11.208	-	-
CMTR - Central Metropolitana de Trat. Resíduos S/A	45,00%	20.626	21.062	20.626	21.062
AMA Angra Meio Ambiente S/A	51,00%	6.588	10.050	-	-
VIOS Engenharia Ambiental S/A	100,00%	1	1	-	-
HIGIA Ambiental S/A	100,00%	1	1	-	-
SÃO SIMÃO Saneamento Ambiental S/A	25,50%	6.216	5.543	-	-
Ecoparque PIRAPORA Ambiental S/A	81,00%	(3)	(2)	-	-
EBMA - Gestão de resíduos S/A	100,00%	1.602	-	-	-
Total dos investimentos		426.791	570.962	20.626	21.062
INOVA Gestão de Serviços Urbanos S/A	40,00%	(3.611)	(3.666)	(3.611)	(3.666)
Provisão para perda de investimentos		(3.611)	(3.666)	(3.611)	(3.666)
Total		423.180	567.297	17.015	17.396

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Na Controladora o saldo agregado dos investimentos em controladas e coligadas totalizou R\$ 426.791 (antes da provisão para perda na INOVA de R\$ 3.611), destacando-se Ecourbis, Arendal, Macaúbas e Titara. A investida ECOVITAL foi alienada em 2025, com baixa total.

No consolidado mantêm-se apenas os investimentos avaliados por equivalência patrimonial em coligadas, notadamente a CMTR (R\$ 20.626). Demais investimentos em controladas são eliminados na consolidação.

Em 2025, a Companhia alienou a totalidade da participação na ECOVITAL (baixa de R\$ 19.335). Não há saldo remanescente ao final do exercício.

b) Movimentação dos investimentos (Controladora)

Descrição	Investimento em 31/12/2024	Aportes	Dividendos	Alienação	Outros Movimentos	Equiv. Patrimonial	Investimento em 31/12/2025
Central de Gerenciamento Ambiental BARU S/A	28.907	12.720	-	-	-	(17.212)	24.415
EBMA - Emp. Brasileira de Meio Ambiente S/A	9.957	-	(2.802)	-	-	3.405	10.560
ECOVITAL – Central de Gerenciamento Ambiental S/A	21.335	-	-	(19.337)	-	(1.998)	-
MACAÚBAS Meio Ambiente S/A	24.623	-	-	-	-	11.372	35.995
Central de Gerenciamento Ambiental JUPARANÃ S/A	3.439	-	-	-	7	44	3.489
ARENDAL Locadora Ltda.	64.277	-	(61.232)	-	-	43.589	46.634
ECOBAN Ambiental S/A	23.827	-	(12.112)	-	-	4.026	15.741
ECOURBIS Ambiental S/A	321.995	-	(325.155)	-	-	218.327	215.167
ECONIT Engenharia Ambiental S/A	3.714	-	(2.472)	-	-	2.903	4.145
Central de Gerenciamento Ambiental TITARA S/A	21.025	-	-	-	616	2.886	24.527
SLEA - São Luis Engenharia Ambiental S/A	11.208	-	(3.852)	-	-	3.731	11.087
CMTR – Central Metropolitana de Trat. Resíduos S/A	21.062	-	-	-	-	(436)	20.626
AMA Angra Meio Ambiente S/A	10.050	769	(7.682)	-	-	3.450	6.587
VIOS Engenharia Ambiental S/A	1	-	-	-	-	-	1
HIGIA Ambiental S/A	1	-	-	-	-	-	1
SÃO SIMÃO Saneamento Ambiental S/A	5.543	34	-	-	-	639	6.216
Ecoparque PIRAPORA Ambiental S/A	(1)	1.889	-	-	-	(1.891)	(3)
EBMA - Gestão de resíduos S/A	-	1.602	-	-	-	-	1.602
Total dos investimentos	570.962	17.015	(415.307)	(19.337)	623	272.835	426.791
INOVA Gestão de Serviços Urbanos S/A	(3.666)	984	-	-	-	(929)	(3.611)
Provisão para perda de investimentos	(3.666)	984	-	-	-	(929)	(3.611)
Total	567.297	17.999	(415.307)	(19.337)	623	271.906	423.180

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A redução do saldo de investimentos para R\$ 426.791 na Controladora, é explicada pelos efeitos combinados de dividendos recebidos, alienação da Ecovital, reclassificações não materiais, aportes e equivalência patrimonial, conforme movimentação demonstrada no quadro acima.

No consolidado, os dividendos a pagar representam exclusivamente valores devidos a acionistas não controladores. A parcela de dividendos declarada pelas investidas e devida à controladora é eliminada na consolidação.

Movimentação dos investimentos (Consolidado)

Descrição	Investimento em 31/12/2024	Aportes	Dividendos	Outros Movimentos	Equív. Patrimonial	Investimento em 31/12/2025
CMTR - Central Metropolitana de Trat. Resíduos S/A	21.062	-	-	-	(436)	20.626
Total dos investimentos	21.062	-	-	-	(436)	20.626
INOVA Gestão de Serviços Urbanos S/A	(3.666)	984	-	-	(929)	(3.611)
Provisão para perda de investimentos	(3.666)	984	-	-	(929)	(3.611)
Total	17.396	984	-	-	(1.365)	17.015

Mantém-se a provisão para perda em investimentos na coligada INOVA, no montante de R\$ 3.611, apresentada como redutora do saldo de investimentos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação dos investimentos (Controladora)

Descrição	Investimento em 31/12/2023	Aportes	Dividendos	Outros Movimentos	Equív. Patrimonial	Investimento em 31/12/2024
Central de Gerenciamento Ambiental BARU S/A	27.273	5.186	-	-	(3.552)	28.907
EBMA - Emp. Brasileira de Meio Ambiente S/A	9.460	-	-	-	497	9.957
ECOVITAL – Central de Gerenciamento Ambiental S/A	20.109	-	-	-	1.226	21.335
MACAÚBAS Meio Ambiente S/A	24.424	-	-	1.712	(1.513)	24.623
Central de Gerenciamento Ambiental JUPARANÃ S/A	3.177	-	-	-	262	3.439
ARENDAL Locadora Ltda.	50.926	-	(40.059)	-	53.410	64.277
ECOBAN Ambiental S/A	19.159	-	-	-	4.668	23.827
ECOURBIS Ambiental S/A	355.497	-	(203.632)	-	170.130	321.995
ECONIT Engenharia Ambiental S/A	2.401	-	-	1.953	(640)	3.714
Central de Gerenciamento Ambiental TITARA S/A	22.651	-	-	-	(1.626)	21.025
SLEA - São Luis Engenharia Ambiental S/A	23.002	-	-	(2.140)	(9.654)	11.208
CMTR – Central Metropolitana de Trat. Resíduos S/A	21.370	-	-	-	(308)	21.062
INOVA Gestão de Serviços Urbanos S/A	-	-	-	-	-	-
AMA Angra Meio Ambiente S/A	9.116	-	(934)	-	1.868	10.050
VIOS Engenharia Ambiental S/A	1	-	-	-	-	1
HIGIA Ambiental S/A	1	-	-	-	-	1
SÃO SIMÃO Saneamento Ambiental S/A	3.687	1.929	-	-	(73)	5.543
Ecoparque PIRAPORA Ambiental S/A	4	1.250	-	-	(1.256)	(2)
Total dos investimentos	592.258	8.365	(244.625)	1.525	213.439	570.962
INOVA Gestão de Serviços Urbanos S/A	(3.870)	1.824	-	-	(1.620)	(3.666)
Provisão para perda de investimentos	(3.870)	1.824	-	-	(1.620)	(3.666)
Total	588.388	10.189	(244.625)	1.525	211.819	567.297

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação dos investimentos (Consolidado)

Descrição	Investimento em 31/12/2023	Aportes	Dividendos	Outros Movimentos	Equív. Patrimonial	Investimento em 31/12/2024
CMTR – Central Metropolitana de Trat. Resíduos S/A	21.370	-	-	-	(308)	21.062
SÃO SIMÃO Saneamento Ambiental S/A (1)	3.687	1.929	-	-	-	-
Total dos investimentos	25.057	1.929	-	-	(308)	21.062
INOVA Gestão de Serviços Urbanos S/A	(3.870)	1.824	-	-	(1.620)	(3.666)
Provisão para perda de investimentos	(3.870)	1.824	-	-	(1.620)	(3.666)
Total	21.187	3.753	-	-	(1.928)	17.396

(1) Em dezembro de 2024, a Companhia adquiriu 51% das ações ordinárias da São Simão Saneamento Ambiental S.A., passando a exercer controle sobre a investida. Em decorrência, a partir de 2025, a São Simão deixou de ser tratada como coligada e passou a ser consolidada integralmente, com eliminação dos saldos e transações intragrupo e reclassificação do investimento.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Demonstrações contábeis resumidas e participação de não controladores

Investidas	31/12/2025									
	Participação %	Ativo		Passivo		Patrimônio Líquido		Resultado do exercício		
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Avallado por Equivalência Patrimonial	Participação de não controladores		Total	
EBMA - Emp. Brasileira de Meio Ambiente S/A	100,00%	15.671	585	5.207	489	10.560	-	10.560	3.419	
MACAÚBAS Meio Ambiente S/A	100,00%	25.906	58.627	8.246	40.292	35.995	-	35.995	9.045	
ECOURBIS Ambiental S/A (I)	63,25%	1.074.943	591.640	218.750	1.107.653	215.167	125.013	340.180	345.171	
ECONIT Engenharia Ambiental S/A	51,50%	9.031	11.692	11.349	1.326	4.145	3.903	8.048	5.486	
ECOBAN Ambiental S/A	63,25%	12.937	24.481	4.820	7.711	15.741	9.146	24.887	6.352	
ECOVITAL - Central de Ger. Ambiental S/A	71,79%	-	-	-	-	-	-	-	(2.517)	
Central de Gerenciamento Ambiental TITARA S/A	50,00%	8.548	51.227	15.696	6.890	18.595	18.595	37.190	5.771	
SLEA - São Luis Engenharia Ambiental S/A	50,00%	29.271	55.435	37.424	25.108	11.087	11.087	22.174	6.951	
Central de Gerenciamento Ambiental JUPARANÃ S/A	51,00%	7.899	12.934	2.119	11.873	3.489	3.352	6.841	85	
ARENDAL RJ Participações Ltda.	99,99%	46.424	13.955	6.220	7.521	46.633	5	46.638	43.587	
Central de Gerenciamento Ambiental BARU S/A	83,87%	3.493	27.501	1.881	2	24.415	4.696	29.111	(12.616)	
AMA Angra Meio Ambiente S/A	51,00%	23.551	12.635	12.055	11.213	6.588	6.330	12.918	6.735	
VIOS Engenharia Ambiental S/A	100,00%	1	-	-	-	1	-	1	-	
HIGIA Ambiental S/A	100,00%	1	-	-	-	1	-	1	-	
Ecoparque PIRAPORA Ambiental S/A	81,00%	2	-	5	-	(2)	(1)	(3)	(2.070)	
SÃO SIMÃO Saneamento Ambiental S/A	25,50%	2.437	29.726	7.784	4	6.215	18.160	24.375	42.535	
EBMA - Gestão de resíduos S/A	100,00%	1.602	-	-	-	1.602	-	1.602	-	
Total em Controladas		1.261.717	890.438	331.556	1.220.082	400.232	200.286	600.517	457.934	
CMTR - Central Metropolitana de Trat. Resíduos S/A	45,00%	2.244	43.669	77	-	20.626	-	45.836	(968)	
Total em Coligadas		2.244	43.669	77	-	20.626	-	45.836	(968)	
Ágio		-	-	-	-	5.933	-	-	-	
Total de investimentos em Controladas e Coligadas		1.263.961	934.107	331.633	1.220.082	426.791	200.286	646.353	456.966	
INOVA Gestão de Serviços Urbanos S/A	40,00%	4.613	990	8.222	6.409	(3.611)	-	(9.028)	(3.591)	
Total perda em investimentos em Coligadas		4.613	990	8.222	6.409	(3.611)	-	(9.028)	(3.591)	
Total em Controladas e Coligadas		1.268.574	935.097	339.855	1.226.491	423.180	200.286	637.325	453.375	

O aumento dos saldos de ativo e passivo da investida Ecourbis decorre principalmente da emissão de debêntures Incentivadas NTN-B32, realizada em julho de 2025, no montante de R\$ 400.000. A operação, com prazo de 10 anos, remuneração atrelada ao IPCA + Spread, e amortizações conforme cronograma contratado, elevou o passivo financeiro da investida e, simultaneamente, aumentou seu ativo pelo ingresso dos recursos líquidos da emissão. Esses efeitos estão refletidos na movimentação do investimento da Vital pelo método da equivalência patrimonial.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31/12/2024										
Investidas	Participação %	Ativo		Passivo		Patrimônio Líquido		Resultado do exercício		
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Avaliado por Equivalência Patrimonial	Participação de Não Controladores			
EBMA - Emp. Brasileira de Meio Ambiente S/A	100,00%	11.345	911	2.177	122	9.957	-	9.957	497	
MACAÚBAS Meio Ambiente S/A	100,00%	20.024	75.867	10.059	61.209	24.623	-	24.623	(1.512)	
ECOURBIS Ambiental S/A	63,25%	499.195	590.791	256.526	324.384	321.995	187.081	509.076	268.977	
ECONIT Engenharia Ambiental S/A	51,50%	7.302	12.236	10.933	1.393	3.714	3.498	7.212	(1.318)	
ECOBAN Ambiental S/A	63,25%	8.801	29.414	446	98	23.827	13.844	37.671	7.380	
ECOVITAL – Central de Ger. Ambiental S/A	71,79%	7.511	22.893	1.495	-	20.754	8.155	28.909	1.708	
Central de Gerenciamento Ambiental TITARA S/A	50,00%	9.595	43.880	11.507	11.782	15.093	15.093	30.186	(3.252)	
SLEA - São Luis Engenharia Ambiental S/A	50,00%	29.639	60.937	33.952	34.208	11.208	11.208	22.416	(5.016)	
Central de Gerenciamento Ambiental JUPARANÃ S/A	51,00%	5.157	10.037	1.904	6.547	3.439	3.304	6.743	514	
ARENDAL RJ Participações Ltda.	99,99%	67.439	15.210	17.508	858	64.277	6	64.283	50.721	
Central de Gerenciamento Ambiental BARU S/A	100,00%	1.615	28.934	757	885	28.907	-	28.907	(3.552)	
AMA Angra Meio Ambiente S/A	51,00%	32.831	11.797	13.899	11.023	10.050	9.656	19.706	3.661	
VIOS Engenharia Ambiental S/A	100,00%	1	-	-	-	1	-	1	-	
HIGIA Ambiental S/A	100,00%	1	-	-	-	1	-	1	-	
Ecoparque PIRAPORA Ambiental S/A	81,00%	1	-	2	-	(1)	-	(1)	(1.266)	
SÃO SIMÃO Saneamento Ambiental S/A	20,00%	2.147	25.852	6.267	-	5.542	16.190	21.732	262	
Total em Controladas		702.604	928.759	367.432	452.509	543.387	268.035	811.422	317.804	
CMTR – Central Metropolitana de Trat. Resíduos S/A	45,00%	3.092	43.777	65	-	21.062	-	46.804	(685)	
Total em Coligadas		3.092	43.777	65	-	21.062	-	46.804	(685)	
Ágio		-	-	-	-	6.514	-	-	-	
Total de investimentos em Controladas e Coligadas		705.696	972.536	367.497	452.509	570.963	268.035	858.226	317.119	
INOVA Gestão de Serviços Urbanos S/A	40,00%	4.231	2.079	8.267	7.207	(3.666)	-	(9.164)	(1.895)	
Total perda em investimentos em Coligadas		4.231	2.079	8.267	7.207	(3.666)	-	(9.164)	(1.895)	
Total em Controladas e Coligadas		709.927	974.615	375.764	459.716	567.297	268.035	849.062	315.224	

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imobilizado**a) Composição**

Controladora	Taxa média anual %	Custo	Depreciação	Líquido em 31/12/2025	Líquido em 31/12/2024
Terrenos	-	3.265	-	3.265	3.265
Instalações	20	7.101	(3.453)	3.648	4.445
Equipamentos de campo e auxiliar	20	54.979	(30.043)	24.936	21.403
Veículos (i)	20	159.794	(74.998)	84.796	46.659
Aterros - Custo de desmobilização	Divs.	8.593	(2.707)	5.886	2.785
Benfeitorias em bens de terceiros	10	1.350	(985)	365	555
Outras imobilizações	10	15.277	(2.671)	12.606	11.286
Total		250.359	(114.857)	135.502	90.398

(i) O aumento em “Veículos”, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 em comparação com o mesmo período de 2024, ocorre, principalmente, pela renovação da frota para atendimento aos contratos da filial SP e Consórcio Serra Mais Linda.

Consolidado	Taxa média anual %	Custo	Depreciação	Líquido em 31/12/2025	Líquido em 31/12/2024
Terrenos	-	47.757	-	47.757	47.757
Instalações	20	228.860	(93.423)	135.437	138.443
Equipamentos de campo e auxiliar	20	94.272	(52.884)	41.388	33.854
Veículos (i)	20	270.325	(167.645)	102.680	65.447
Aterros - Custo de desmobilização	Divs.	12.188	(1.519)	10.669	28.302
Benfeitorias em bens de terceiros	10	24.251	(8.260)	15.991	4.907
Outras imobilizações	10	34.126	(6.513)	27.613	32.830
Total		711.779	(330.244)	381.535	351.540

(i) O aumento em “Veículos”, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 em comparação com o mesmo período de 2024, ocorre, principalmente, pela renovação da frota para atendimento aos contratos da filial SP e Consórcio Serra Mais Linda.

b) Movimentação

Controladora	Saldos em 31/12/2024	Aquisição	Baixa	(-) Depreciação	Saldos em 31/12/2025
Terrenos	3.265	-	-	-	3.265
Instalações	4.445	-	-	(797)	3.648
Equipamentos de campo e auxiliar	21.403	11.324	(245)	(7.546)	24.936
Veículos	46.659	56.978	(233)	(18.608)	84.796
Aterros - Provisão p/ desmobilização	2.785	4.300	(573)	(626)	5.886
Benfeitorias em bens de terceiros	555	-	-	(190)	365
Outras imobilizações	11.286	1.686	-	(366)	12.606
Total	90.398	74.288	(1.051)	(28.133)	135.502

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controladora	Saldos em	Aquisição	Baixa	(-) Depreciação	Saldos em
	31/12/2023				31/12/2024
Terrenos	3.265	-	-	-	3.265
Instalações	5.295	-	-	(850)	4.445
Equipamentos de campo e auxiliar	23.043	4.758	(157)	(6.241)	21.403
Veículos	45.537	14.632	(1)	(13.509)	46.659
Aterros - Provisão p/ desmobilização	1.895	1.454	(352)	(212)	2.785
Benfeitorias em bens de terceiros	744	-	-	(189)	555
Outras imobilizações	10.799	814	(1)	(326)	11.286
Total	90.578	21.658	(511)	(21.327)	90.398

Consolidado	Saldos em	Aquisição	Baixa	Transferências	(-) Depreciação	Saldos em
	31/12/2024					31/12/2025
Terrenos	47.757	-	-	-	-	47.757
Instalações	138.443	44	(489)	12.721	(15.282)	135.437
Equipamentos de campo e auxiliar	33.854	19.372	(1.475)	1.328	(11.691)	41.388
Veículos	65.447	68.697	(490)	-	(30.975)	102.680
Aterros - Provisão p/ desmobilização (i)	28.302	4.921	(21.757)	-	(797)	10.669
Benfeitorias em bens de terceiros	4.907	11.381	-	-	(297)	15.991
Outras imobilizações (ii)	32.830	33.418	(21.685)	(14.049)	(2.900)	27.612
Total	351.540	137.833	(45.896)	-	(61.942)	381.535

(i) A baixa na “Provisão p/ desmobilização de aterros” ocorreu, principalmente, pela revisão da estimativa do prazo de vida útil do aterro sanitário da controlada Macaúbas, cuja previsão inicial era até 2033 e a nova estimativa é até 2050;

(ii) A baixa em “Outras imobilizações” ocorreu pela baixa integral dos ativos da Ecovital que foi alienada pela Companhia em 2025.

Consolidado	Saldos em	Aquisição	Baixa	Transferências	(-) Depreciação	Saldos em
	31/12/2023					31/12/2024
Terrenos	47.757	-	-	-	-	47.757
Instalações	75.517	-	-	74.154	(11.228)	138.443
Equipamentos de campo e auxiliar	36.714	8.473	(167)	-	(11.166)	33.854
Veículos	76.129	18.034	(91)	-	(28.625)	65.447
Aterros - Provisão p/ desmobilização	27.354	4.071	(352)	-	(2.771)	28.302
Outras imobilizações	91.116	34.285	(7.813)	(74.154)	(5.697)	37.737
Total	354.587	64.863	(8.423)	-	(59.487)	351.540

13. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores circulante	23.690	29.651	84.557	97.024
Fornecedores não circulante	-	-	19.988	22.745
Total de fornecedores	23.690	29.651	104.545	119.769

Refere-se basicamente por faturas em aberto de fornecedores de insumos e serviços utilizado nas operações da Companhia e de suas controladas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Empréstimos, financiamentos e debêntures

O saldo de empréstimos e financiamentos para 31 de dezembro de 2025 e 2024, podem ser assim demonstrados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos e financiamentos - circulante	97.665	90.758	129.957	115.679
Empréstimos, financiamentos e debêntures - não circulante	406.250	198.029	817.470	213.503
Total empréstimos e financiamentos (i)	503.915	288.787	947.427	329.182

(i) A variação no saldo dos empréstimos, financiamentos e debêntures na Controladora decorrem, principalmente, da captação de novos empréstimos em especial junto ao FINEP e no Consolidado pela captação das debêntures pela investida Ecourbis, conforme demonstrado na composição a seguir.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A composição dos saldos de empréstimos e financiamentos para 31 de dezembro de 2025 e 2024, e suas respectivas taxas, seguem apresentadas assim:

a) Circulante

Agente Financeiro	Modalidade	Encargos	Controladora		Consolidado	
			31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Banco Daimler Chrysler S.A.	CDC	16,43% a.a.	2.975	2.238	3.424	7.364
Caterpillar Financial S.A.	CDC	16,66% a.a.	3.122	2.636	4.360	2.997
Banco Volkswagen S.A.	CDC	16,15% a.a.	11.630	11.225	11.806	16.488
Banco Daycoval S.A.	CDC	14,56% a.a.	-	41	-	6.493
Banco do Nordeste S.A.	CCB/FNE	IPCA + Spread	3.143	10.343	13.608	14.302
Banco John Deere S.A.	CDC	15,67% a.a.	1.539	751	1.768	1.178
Banco Fibra S.A.	Capital de Giro	CDI	-	-	-	3.333
Banco Quatá	Nota Comercial	CDI	4.500	6.000	4.500	6.000
Banco Sofisa	Capital de Giro	CDI	2.430	3.240	2.430	3.240
Banco Daycoval S.A.	Nota Comercial	CDI	5.000	10.000	6.420	10.000
Banco Pine	Nota Comercial	CDI	3.600	4.800	3.600	4.800
Banco ABC Brasil	Nota Comercial	CDI	25.004	15.484	25.004	15.484
Banco BMG	Nota Comercial	CDI	23.793	24.000	23.793	24.000
Có Bank	Nota Comercial	CDI + Spread	5.611	-	5.611	-
BOCOM BBM	Capital de Giro	CDI	3.750	-	3.750	-
BANESTES	Capital de Giro	CDI	1.568	-	1.568	-
ASA Investimentos	Nota Comercial	CDI	-	-	2.528	-
BTG Pactual (ii)	Debêntures NTN-B32	IPCA + Spread	-	-	15.787	-
Total			97.665	90.758	129.957	115.679

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Não circulante

Agente Financeiro	Modalidade	Encargos	Controladora		Consolidado	
			31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Banco Daimler Chrysler S.A.	CDC	16,43% a.a.	4.655	5.477	4.655	6.000
Caterpillar Financial S.A.	CDC	16,66% a.a.	4.585	8.818	4.585	9.133
Banco Volkswagen S.A.	CDC	16,15% a.a.	20.768	29.964	21.126	30.021
Banco do Nordeste S.A.	CCB/FNE	IPCA + Spread	3.254	6.397	16.552	19.036
Banco John Deere S.A.	CDC	15,67% a.a.	3.103	3.067	3.303	3.176
Banco Quatá	Nota Comercial	CDI	-	4.500	-	4.500
Banco Sofisa	Capital de Giro	CDI	-	2.430	-	2.430
Banco Daycoval S.A.	Nota Comercial	CDI	-	5.000	610	6.831
Banco Pine	Nota Comercial	CDI	-	3.600	-	3.600
Banco ABC Brasil	Nota Comercial	CDI	34.351	19.355	34.351	19.355
Banco BMG	Nota Comercial	CDI	12.207	36.000	12.207	36.000
FINEP - Financiamentos	Financiamento	TR + Spread	162.899	69.553	162.899	69.553
Banco Banestes	Capital de Giro	CDI	970	3.868	970	3.868
Có bank	Nota Comercial	CDI + Spread	8.714	-	8.714	-
BOCOM BBM	Capital de Giro	CDI	10.312	-	10.312	-
ASA Investimentos	Nota Comercial	CDI	-	-	7.164	-
Debêntures da Controladora - JGP Financial Advisory Ltda. (i)	Debêntures incentivadas	IPCA + Spread	140.432	-	140.432	-
Debêntures da Investida Ecourbis - BTG Pactual (ii)	Debêntures NTN-B32	IPCA + Spread	-	-	389.590	-
Total			406.250	198.029	817.470	213.503

(i) Debêntures da Controladora - JGP Financial Advisory Ltda. Em 1o de outubro de 2025, a Administração da Companhia finalizou a operação de captação de recursos, via Debêntures Incentivadas, junto ao estruturador JGP Financial Advisory Ltda., no montante de R\$ 142.199 (cento e quarenta e dois milhões, cento e noventa e nove reais), sendo 142.199 (cento e quarenta e dois mil, cento e noventa e nove) debêntures ao valor nominal de R\$ 1.000,00 cada. O prazo da operação é de 7 anos contados da emissão.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os pagamentos foram pactuados da seguinte forma: **(i)** juros: semestralmente com primeiro vencimento em 15 de março de 2026, cuja taxa é IPCA + Spread; **(ii)** principal: semestralmente com carência de 48 meses e primeiro vencimento em 15 de setembro de 2029. A Companhia terá como obrigação: **(i)** covenants: relação entre a dívida líquida e EBITDA igual ou inferior a 2,5 vezes com a primeira verificação referente ao período de 3 meses encerrado em 30 de março de 2025; **(ii)** garantias: garantia fidejussória das investidas Arrendal e Macaúbas e garantia real de todos os direitos, atuais e futuros, detidos e a serem detidos pela Companhia decorrentes dos valores que venham a ser pagos pelas investidas a título de distribuição de dividendos. Sobre esta operação com a JGP incidiu comissão de estruturação no montante de R\$ 1.767 (um milhão, setecentos e sessenta e cinco mil reais), liquidadas na liberação do recurso financeiro.

(ii) Debêntures da Investida Ecurbis – BTG Pactual. Em 31 de julho de 2025, a Administração da investida Ecurbis finalizou a operação de captação de recursos, via Debêntures Incentivadas NTN-B32, junto ao Banco BTG Pactual, no montante de R\$ 400.000 (quatrocentos milhões de reais), sendo 400.000 (quatrocentas mil) debêntures ao valor nominal de R\$ 1.000,00 cada. O prazo da operação é de 10 anos.

Os pagamentos foram pactuados da seguinte forma: **(i)** juros: semestralmente com primeiro vencimento em 15 de janeiro de 2026, cuja taxa é IPCA + Spread.; **(ii)** principal: mensalmente com carência de 36 meses e primeiro vencimento em 15 de julho de 2028. A investida Ecurbis terá como obrigação: **(i)** covenants: relação entre a dívida líquida e EBITDA igual ou inferior a 2,5 vezes com a primeira verificação no exercício findo em 31 de dezembro de 2025; **(ii)** garantias: recebíveis do reequilíbrio contratual a receber do Poder Concedente. Sobre esta operação com o Banco BTG Pactual incidiram: **(i)** comissão de escrituração no montante de R\$ 3.265 (três milhões, duzentos e sessenta e cinco mil reais); e **(ii)** comissão de distribuição de R\$ 10.792 (dez milhões, setecentos e noventa e dois mil reais), liquidadas na liberação do recurso financeiro.

c) Financiamento por vencimento

Os montantes acima têm o seguinte fluxo de pagamento estimado:

	31/12/2025	
	Controladora	Consolidado
Curto prazo		
2026	97.665	129.957
Longo prazo		
2027	67.658	75.299
2028	48.367	53.943
2029	58.505	62.105
2030	32.633	33.812
Após 2031	199.087	592.311
Total	406.260	817.470

	31/12/2024	
	Controladora	Consolidado
Curto prazo		
2026	90.758	116.679
Longo prazo		
2027	81.283	88.409
2028	39.675	43.674
2029	16.132	17.987
2030	13.273	14.160
Após 2031	47.666	49.273
Total	198.029	213.503

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Movimentação dos passivos decorrentes de atividades de financiamento

As tabelas adiante detalham as alterações nos passivos da Companhia decorrentes de atividades de financiamento, incluindo mudanças monetárias e não monetárias. Passivos decorrentes de atividades de financiamento são aqueles para os quais fluxos de caixa ou fluxos de caixa futuros serão classificados na demonstração dos fluxos de caixa das atividades de financiamento:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	141.356	224.936
Captações	194.064	213.155
Juros	30.570	58.091
Pagamento de principal	(45.390)	(105.035)
Pagamento de juros	(31.813)	(61.965)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	288.787	329.182
Captações	312.661	722.410
Juros	38.287	61.394
Pagamento de principal	(96.980)	(123.212)
Pagamento de juros	(38.840)	(42.347)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	503.915	947.427

Covenants

A Companhia e sua controlada Ecurbis são requeridas, devido a emissão de debêntures incentivadas a observar determinados índices associados ao balanço e à demonstração de resultado do exercício, tais como a relação entre a dívida líquida e EBITDA igual ou inferior a 2,5 vezes com a primeira verificação referente ao período de 3 meses encerrado em 30 de março de 2025. Todas as cláusulas restritivas quantitativas referentes aos contratos foram integralmente cumpridas pela Companhia e pela controlada Ecurbis em 31 de dezembro de 2025.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, e até a data de emissão destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, não ocorreram eventos de inadimplência, quebra de cláusulas de covenants ou alterações contratuais significativas que resultassem em mudanças dos termos de pagamentos dos contratos de empréstimos e financiamentos.

A maioria dos contratos financeiros preveem cláusulas restritivas (covenants), tais como: manutenção dos ativos da Companhia, com a finalidade de assegurar que todos permaneçam em condições de uso; limitação para realização de operações de aquisição, fusão, venda ou alienação de seus ativos; divulgação de demonstrações contábeis e balanços patrimoniais, entre outras.

Garantias

Os empréstimos e financiamentos da Companhia preveem a prestação de garantias diversas, tais como os próprios bens financiados e fianças bancárias. Que estão sujeitos ao cumprimento das contrapartidas conforme contratos, demonstrados na Nota Explicativa nº 9 (d).

15. Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Obrigações fiscais sobre o faturamento (i)	4.368	3.262	13.423	10.608
Obrigações fiscais sobre o lucro (ii)	-	-	12.143	21.473
Obrigações fiscais retidas na fonte	1.148	1.065	4.071	3.731
Outras obrigações fiscais	-	-	531	452
Total	5.516	4.327	30.168	36.264

(i) Referem-se ao ISS, PIS e Cofins sobre a receita bruta;

(ii) Referem-se ao acréscimo de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro, pagos e retidos ainda não compensados.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Obrigações Trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Salários a pagar	7.935	8.452	27.425	26.150
Encargos sociais a pagar	6.013	5.837	31.355	33.618
Provisão de férias e encargos	19.936	18.853	64.180	57.470
Total	33.884	33.142	122.960	117.238

17. Tributos diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Contribuição p/Financiamento da Seguridade Social - Cofins (i)	12.070	13.423	60.084	68.113
Programa de Integração Social - PIS (i)	2.619	2.914	12.662	13.070
Imposto Sobre Serviços - ISS (i)	-	-	25.921	20.280
Imposto de Renda e Contribuição Social (ii)	51.443	7.569	150.582	139.249
Total	66.132	23.906	249.249	240.712

(i) Passivos fiscais diferidos sobre diferenças temporais serão realizados, quando da ocorrência dos correspondentes fatos geradores. Com base nas projeções de resultado elaboradas pela Administração da Companhia e de suas controladas, a expectativa de realização dos referidos créditos tributários ocorrerá a partir de 2026;

(ii) O aumento do saldo de IRPJ e CSLL diferidos no período está principalmente relacionado ao reconhecimento dos efeitos fiscais do precatório registrado, que gerou diferenças temporárias dedutíveis.

18. Ônus da concessão

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Ônus da concessão (i)	1.918	1.302
Construção de novo aterro sanitário (ii)	6.373	5.133
Total circulante	8.291	6.435
Ônus da concessão (i)	11.136	11.136
Total não circulante	11.136	11.136
Total	19.427	17.571

(i) Em linha com o Termo de Compromisso Ambiental, firmado em 26 de outubro de 2007 pela controlada Ecurbis, prevê o pagamento mensal à Agência Reguladora de Serviços Públicos do Município de São Paulo (SP Regula), mediante retenção na fatura mensal, de ônus decorrente da concessão, que corresponde a 5% da receita bruta mensal auferida pela Companhia até a assinatura do “Termo Aditivo Contratual (TAM)”. Esta obrigação contratual foi mantida para os pagamentos do reequilíbrio contratual tarifário e a partir do novo período contratual serão estabelecidas metas de acordo com o plano de negócio e haverá o compartilhamento de receitas operacionais não tarifárias, quando exceder em 5% do valor estimado no Anexo IV sobre as demais receitas operacionais. Sobre as demais receitas operacionais, também ocorre incidência de 5% de ônus, que são calculados durante o exercício e o seu pagamento ocorre no último dia de fevereiro do exercício seguinte;

(ii) Refere-se à obrigação contratual da controlada São Simão de implantar no prazo de até 3 anos, contados da data de emissão da ordem de serviço, um novo aterro sanitário e está mensurado a valor presente do investimento previsto pela Companhia.

19. Provisão para riscos judiciais e depósitos judiciais

a) Provisão para riscos judiciais

A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas atividades, estão sujeitas a processos judiciais de natureza trabalhista, cível e tributária. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para riscos judiciais.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 os assessores jurídicos da Companhia e de suas controladas atualizaram seu julgamento perante os processos que estão sob sua custódia, considerados como perdas prováveis, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhistas (i)	14.867	19.431	21.400	25.736
Cíveis (ii)	260	78	18.839	25.179
Outras (iii)	-	-	64.425	60.954
Total	15.127	19.509	104.664	111.869

(i) a Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos trabalhistas considerados como prováveis de perda, envolvendo ex-empregados da Companhia, ou de empresas prestadoras de serviços. Tais processos envolvem, principalmente, pedidos de horas extras, intervalo intrajornada e insalubridade, bem como seus reflexos e respectivos encargos;

(ii) a Companhia e suas controladas estão envolvidas em ações indenizatórias, ajuizadas por terceiros e órgãos fiscalizadores, envolvendo pedidos de danos materiais e morais;

(iii) a controlada Ecourbis desde setembro de 2012 tem realizado depósitos referentes ao processo nº 0016428-51.2012.4.03.6100, na ação de consignação em pagamento, para que seja identificado o credor das contribuições e questionar o adicional SENAI que nos tem sido exigido. A Ecourbis na qualidade de empresa prestadora de serviço público está obrigada a recolher as contribuições sociais gerais ao Serviço Social do Comércio (SESC) e ao Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).

Movimentação

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	19.509	12.007	111.869	78.914
Adição	-	7.502	-	38.507
(-) Reversão (i)	(4.382)	-	(6.584)	-
(-) Pagamento	-	-	(621)	(5.552)
Saldo final	15.127	19.509	104.664	111.869

(i) A reversão registrada no período resulta de mudança no prognóstico de perda, conforme atualização dos assessores jurídicos da Companhia.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas possuem processos classificados pelos seus assessores jurídicos como de perda possível no montante de R\$ 32.028 (R\$ 36.587 em 2024). Para contingências possíveis não é constituída provisão, sendo apresentadas a seguir a composição e as respectivas estimativas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhistas	973	-	2.775	2.465
Cíveis	15.523	14.256	29.253	34.122
Total	16.496	14.256	32.028	36.587

b) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais recursais, a disposição do juízo, realizados pela Companhia e suas controladas para permitir a interposição de recurso nos processos trabalhistas, cíveis e fiscais em que figura como parte interessada.

Os depósitos judiciais são compostos por:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhistas	6.403	6.301	8.788	8.420
Cíveis	4.169	4.164	75.471	57.486
Outras	100	101	100	101
Total	10.672	10.566	84.359	66.007

Movimentação

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	10.566	52.449	66.007	105.200
Depósitos	1.091	4.502	22.869	16.435
(-) Baixas	(985)	(46.385)	(4.517)	(55.628)
Saldo final	10.672	10.566	84.359	66.007

Em 2025 a Companhia realizou a baixa dos depósitos no montante de R\$ 985, principalmente, em decorrência do levantamento dos depósitos de processos judiciais finalizados.

20. Provisão para desmobilização de aterros

A provisão para desmobilização do aterro está relacionada às obrigações ambientais da Companhia e de suas controladas, Macaúbas Meio Ambiente S.A. e Central de Gerenciamento Ambiental Titara S.A., referentes ao fechamento dos aterros e aos cuidados posteriores, conforme a NBR no 13.896/1997. A Companhia e suas controladas reconhecem, como provisão, o valor presente dos gastos futuros estimados para a área explorada. Mudanças de circunstâncias, legislação ou tecnologia podem afetar essas estimativas, que são revisadas periodicamente e ajustadas quando necessário. A provisão é apresentada no passivo não circulante, de acordo com o cronograma previsto para a realização das atividades de desmobilização.

A provisão para desmobilização e fechamento dos aterros (Asset Retirement Obligation – ARO) foi constituída com base nas informações fornecidas pelos engenheiros da Companhia e na experiência anterior, em conformidade com a NBR no 13.896/1997. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo da provisão totalizava R\$ 8.593 na controladora (R\$ 4.866 em 2024) e R\$ 12.188 no consolidado (R\$ 37.606 em 2024). A redução do saldo em 31 de dezembro de 2025, em comparação com o mesmo período de 2024, no consolidado ocorreu, principalmente, pela revisão da estimativa do prazo de vida útil do aterro sanitário da controlada Macaúbas, cuja provisão inicial de encerramento era até 2033 e a atual provisão de encerramento é até 2050.

21. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$ 196.203 e está representado por 11.027.060 ações todas nominativas, sem valor nominal, sendo 7.679.125 ações ordinárias e 3.347.935 ações preferenciais. O capital social da Companhia é composto da seguinte forma:

Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Totais	
	Quantidade	Participação	Quantidade	Participação	Ações	Participação
Gama FIP	7.679.125	100,00%	-	-	7.679.125	69,6389%
VPAR Particip. S.A.	-	-	3.347.935	100,00%	3.347.935	30,3611%
Total	7.679.125	100,00%	3.347.935	100,00%	11.027.060	100,0000%

Em 26/05/2025, a Companhia aprovou, em AGE, conversão voluntária de 3.347.935 ações ordinárias em ações preferenciais, que passaram a ter direito a dividendos mínimos, prioritários e cumulativos, nos termos do Estatuto Social, bem como a conversão de 4.297.542 de ações preferenciais em ordinárias.

b) Reserva de capital

Em 22 de dezembro de 2015 a Companhia realizou Assembleia Geral Extraordinária (AGE) aprovando aumento do Capital Social no valor de R\$ 69.634, mediante a emissão de 934.749 (novecentas e trinta e quatro mil setecentas e quarenta e nove) novas ações ordinárias e 596.942 (quinhentas e noventa e seis mil novecentas e quarenta e duas) novas ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, sendo que do valor das novas emissões, o montante de R\$ 48.068 foi destinado à conta de capital social e o saldo no valor de R\$ 21.566 foi destinado a reserva de capital, a título de ágio na subscrição das novas ações.

Em 1o de agosto de 2024 a Companhia realizou Reunião de Diretoria (REDIR) aprovando a aquisição de mais 300.000 (trezentas mil) ações da controlada Ecoparque Pirapora Ambiental S.A. gerando um ágio de transações de capital, o montante de R\$ 30.000, destinado a conta de reserva de capital.

c) Reserva legal

O Estatuto prevê no caput do artigo 20 que do lucro líquido apurado no exercício serão destinados 5% (cinco por cento) à constituição da reserva legal, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não foi constituída reserva legal, uma vez que ela já se encontra no limite de 20% do capital social, conforme art. 193 da Lei no 6.404/76 e deliberação.

d) Reserva de retenção lucros

A constituição da Reserva de Retenção de Lucros, no montante de R\$ 322.659 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 437.426 em 31 de dezembro de 2024), tem como finalidade suportar o plano de investimentos dos próximos cinco anos, substancialmente relacionado à construção de novas Unidades de Tratamento de Resíduos.

Os lucros retidos, conforme proposta do orçamento de capital, serão destinados a investimentos em obrigações contratuais das concessões, aquisição de ativos (Centrais de Tratamento de Resíduos) e renovação da frota, visando ao aumento da capacidade de coleta, da disposição final de resíduos sólidos e ao aproveitamento energético por meio da geração de energia elétrica a partir do biogás produzido em algumas de suas Centrais de Tratamento de Resíduos (CTRs).

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo da Reserva de Retenção de Lucros é de R\$ 322.659. Em 2025, a Companhia pagou o montante de R\$ 314.609 em dividendos provenientes dessa reserva. O orçamento de capital é submetido à apreciação e aprovação da Assembleia Geral Ordinária.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

e) Resultado por ação

O resultado por ação é apurado conforme CPC 41, considerando as características das ações preferenciais (dividendos mínimos, prioritários e cumulativos). Assim, o lucro atribuível às ON é apurado após a dedução dos dividendos mínimos das PN, conforme aplicável. A Companhia divulga o lucro por ação básico (e, quando aplicável, diluído).

Período findo em	Resultado	Quantidade de ações	Resultado por ação - Em R\$
31 de dezembro de 2025	349.017	11.027.060	31,65
31 de dezembro de 2024	191.917	11.027.060	17,40

f) Dividendos

O estatuto social da Companhia prevê dividendo mínimo obrigatório de 3% do resultado do exercício, ajustado nos termos da Lei.

Até 31 de dezembro de 2025, a Companhia efetuou o pagamento de R\$ 314.609 a título de dividendos. Na mesma data, permanecia registrado o montante total de R\$ 183.030 em dividendos a pagar, composto por:

- R\$ 172.560 referentes a dividendos a pagar, e
- R\$ 10.470 correspondentes a dividendos mínimos obrigatórios.

Os dividendos declarados e pagos foram calculados conforme segue:

Instrumento societário	Dividendos declarados	Dividendos pagos em 2025	Dividendos a pagar
RCA de 05/09/2024	21.945	(21.945)	-
RCA de 10/12/2024	6.154	(6.154)	-
RCA de 15/01/2025	14.359	(14.359)	-
AGO de 30/04/2025	5.758	(5.758)	-
RCA de 30/05/2025	96.813	(96.813)	-
RCA de 20/08/2025	14.360	(14.360)	-
RCA de 29/09/2025	31.591	(31.591)	-
RCA de 24/11/2025	12.923	(12.923)	-
RCA de 18/12/2025	283.267	(110.707)	172.560
Total	487.170	(314.610)	172.560

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Resultado do exercício	349.017	191.917
(-) Reserva legal (5%)	-	-
Base de cálculo para cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	349.017	191.917
Dividendos mínimos obrigatórios	10.471	5.758
Dividendos adicionais propostos	-	-
Total de dividendos propostos	10.471	5.758

Os dividendos declarados por classe de ação foram:

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Dividendo por ação ordinária	7.292	4.010
Dividendo por ação preferencial	3.179	1.748
Total	10.471	5.758

g) Reserva de retenção de lucros para investimentos

Em conformidade com o artigo 20 do Estatuto Social e com o artigo 192 da Lei no 6.404/76, a Companhia pode destinar o saldo remanescente dos lucros, após a constituição da reserva legal e o pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios, à formação da Reserva de Investimentos. Nos termos do §2o do artigo 20 do Estatuto Social, essa reserva tem como finalidade prover recursos para manter o nível de capitalização da Companhia, realizar investimentos relacionados ao seu objeto social, viabilizar a recompra de ações de própria emissão ou suportar o pagamento de dividendos futuros (ou suas antecipações).

A parcela anual dos lucros líquidos destinada à Reserva de Investimentos será definida pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária, com base em proposta da Administração, observadas as destinações previstas no Estatuto e considerando as necessidades de capitalização e demais finalidades da reserva. O limite máximo da Reserva de Investimentos é aquele previsto no artigo 199 da Lei das S.A.

Quando a reserva atingir esse limite, ou sempre que a Administração entender que seu saldo excede o necessário ao cumprimento de suas finalidades, a Assembleia Geral ou o Conselho de Administração, conforme o caso, poderá determinar sua utilização total ou parcial para aumento do capital social ou distribuição de dividendos, nos termos do artigo 199 da Lei das S.A.

22. Receita Líquida

As receitas são em sua maioria são referentes a transações relacionadas à prestação de serviços de limpeza pública, coleta, tratamento, gerenciamento e destinação final de resíduos públicos e privados são reconhecidas com base em medições (pesagem, metragem ou duração) do trabalho executado, conforme Nota Explicativa nº 3.13.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita bruta de serviços (i) e (ii)	493.548	503.793	2.516.019	2.298.717
Receita bruta de construção (ICPC 01)	537	504	131.173	86.746
Receita de locação	69.940	60.194	37.724	42.383
Total de receita bruta	564.025	564.491	2.684.316	2.427.846
(-) Impostos sobre faturamento	(73.991)	(74.743)	(382.158)	(347.417)
Total de impostos sobre faturamento	(73.991)	(74.743)	(382.158)	(347.417)
Receita operacional líquida	490.034	489.748	2.302.758	2.080.429

(i) A redução da “Receita Bruta de Serviços” na Controladora, no período encerrado em 31 de dezembro de 2025 em comparação com o mesmo período de 2024, se deu, principalmente, pela redução da operação na filial São Paulo e pela alteração na execução da operação na filial Vitória, anteriormente realizada diretamente pela Companhia e agora realizada por meio do Consórcio Vitória Mais Linda, no qual a Companhia detém participação, reconhecendo sua cota parte proporcional da receita;

(ii) O aumento da “Receita Bruta de Serviços” no Consolidado, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 em comparação com o mesmo período de 2024, resulta principalmente pela aplicação da nova tarifa pactuada com o reequilíbrio contratual da investida Ecourbis, conforme consta no Termo Aditivo Modificativo nº 08/2024 (TAM) de 13 de junho de 2024.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Custo operacional

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Insumos (i)	(63.622)	(70.570)	(294.654)	(261.191)
Pessoal (ii)	(231.132)	(259.521)	(799.504)	(769.842)
Custos de construção (ICPC 01) (iii)	-	-	(105.652)	(62.511)
Locação	(56.928)	(56.076)	(168.578)	(126.700)
Serviços de terceiros	(22.061)	(21.760)	(174.344)	(177.574)
Equipamentos	(7.778)	(10.197)	(15.663)	(18.966)
Ônus da concessão	-	-	-	(25.971)
Depreciação	(26.311)	(19.926)	(56.847)	(51.793)
Impostos e taxas	(5.416)	(5.167)	(17.248)	(14.308)
Outros	(8.741)	(5.084)	(3.790)	(3.301)
Total	(421.989)	(448.301)	(1.636.280)	(1.512.157)

(i) O aumento dos insumos no Consolidado ocorreu, principalmente, em decorrência do aumento no consumo de insumos aplicados nos veículos utilizados na operação;

(ii) O aumento do custo com pessoal no Consolidado decorre, principalmente, do reajuste geral de salários e encargos, além do efeito base da reversão, no primeiro semestre de 2024, da provisão para indenizações e aviso prévio anteriormente mantida pela investida Ecourbis. Essa reversão ocorreu após a assinatura do Termo Aditivo Modificativo no 08/2024, em 13 de junho de 2024, que prorrogou o contrato por mais 20 anos.

(iii) Com a assinatura do Termo Aditivo Modificativo no 08/2024 em 13 de junho de 2024, prorrogando o contrato por mais 20 anos, a investida Ecourbis aumentou os investimentos em infraestrutura.

24. Despesas administrativas

As despesas administrativas estão demonstradas nas seguintes contas do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal (i)	(41.084)	(26.687)	(76.190)	(79.055)
Serviços de terceiros (ii)	(25.729)	(14.410)	(42.456)	(37.106)
Locação	(5.443)	(4.671)	(8.548)	(6.063)
Tributárias	(1.909)	(595)	(3.064)	(1.728)
Viagens	(1.402)	(1.293)	(2.326)	(2.440)
Indedutíveis	(705)	(369)	(3.790)	(3.496)
Depreciação	(951)	(944)	(1.519)	(1.900)
Gerais	(10.139)	(7.638)	(33.729)	(24.680)
Total	(87.362)	(56.607)	(171.622)	(156.468)

(i) O aumento da despesa com pessoal na Controladora, no período encerrado em 31 de dezembro de 2025 em comparação com o mesmo período de 2024, se deu, principalmente, em decorrência do aumento da despesa geral de salários e encargos e pelo aumento no pagamento da participação de resultados;

(ii) O aumento das despesas com serviços de terceiros na Controladora, no período encerrado em 31 de dezembro de 2025 em comparação com o mesmo período de 2024, se deu, principalmente, pela contratação de serviços de advogados e consultorias especializadas em estudos de viabilidade econômica.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Outros resultados operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Outras receitas				
Ganho na alienação de ativo imobilizado	4.458	8.857	9.129	14.335
Ganho na alienação de ativo intangível (i)	-	750	12.307	26.797
Reequilíbrio contratual "TAM" (ii)	-	-	-	23.504
Eventuais	2.223	1.426	8.927	3.447
Reversão de provisão de crédito de liquidação duvidosa (iii)	23.302	-	23.302	-
Total	29.983	11.033	53.665	68.083
Outras Despesas				
Perda no recebimento de clientes (ii)	-	-	(64)	(22.522)
Reversão/(provisão) para contingências (iv)	4.382	(7.502)	6.584	(38.507)
Perda na alienação de ativo imobilizado	(2.829)	-	(2.829)	-
Outras	(626)	(197)	6.991	(7.469)
Total	927	(7.699)	10.682	(68.498)
Outas receitas (despesas) líquidas	30.910	3.334	64.347	(415)

(i) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia e a investida Ecourbis realizaram vendas de certificado de crédito de carbono ao mercado externo;

(ii) Com a assinatura do Termo Aditivo Modificativo ("TAM") no 08/2024 em 13 de junho de 2024, prorrogando o contrato por mais 20 anos, os valores reconhecidos em dezembro de 2023 sofreram alterações para adequar as determinações e recomendações do pleno do "TCM". O desconto comercial, bem como seus efeitos foram reconhecidos na rubrica de "outras receitas (despesas) operacionais", conforme demonstrado no quadro adiante:

	31/12/2025	31/12/2024
Reversão da provisão para rescisão de contrato	-	42.952
Baixa de adiantamento de clientes conforme Anexo I "TAM"	-	18.887
(-) Baixa de contas a receber conforme Anexo I "TAM"	-	(2.207)
(-) Desconto reequilíbrio "TAM"	-	(207.649)
AVP receita de reequilíbrio "TAM"	-	71.783
Impostos sobre receita de reequilíbrio "TAM"	-	66.482
Ônus sobre receita de reequilíbrio "TAM"	-	33.256
Total	-	23.504

(iii) Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia realizou reversões da provisão para perda esperada de créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 23.302 em decorrência da inscrição destes créditos em precatórios a receber, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 7;

(iv) A variação dos saldos da rubrica de "Reversão/(provisão) para contingências", ocorre, em sua maioria, devido a reclassificação de processos cujo prognóstico de perda era considerado provável e foi reclassificado para possível pelos assessores jurídicos da Companhia e suas controladas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras				
Rendimentos sobre aplicações financeiras	14.905	12.366	89.713	34.126
Atualização monetária reequilíbrio (i)	-	-	31.246	43.462
Variação monetária (ii)	132.540	13.108	140.891	15.018
Juros	8.485	418	11.732	3.269
Total	156.930	25.892	273.582	95.875
Despesas financeiras				
Bancária	(2.274)	(789)	(2.851)	(1.129)
Juros	(137)	(309)	(16.786)	(424)
Encargos sobre financiamentos	(38.966)	(31.877)	(52.546)	(65.725)
Outras	(5.161)	(2.622)	(13.325)	(7.852)
Total	(46.538)	(35.597)	(85.508)	(75.130)
Resultado financeiro líquido	109.392	(9.705)	188.074	20.745

(i) Com a assinatura, em junho de 2024, do Termo Aditivo-Modificativo (TAM) e seus anexos, a SP Regula aprovou a conclusão do reequilíbrio econômico-financeiro. Conforme consta nos anexos do TAM, a controlada Ecourbis atualizou monetariamente, pelo índice IPCA, os valores a receber referente ao reequilíbrio contratual;

(ii) Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia registrou os precatórios a receber, com atualização monetária de R\$ 128.048, referente a diferença entre os valores originais do contas a receber e os valores efetivamente inscritos em precatórios a receber, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 7.

27. Imposto de renda e contribuição social**a) Controladora**

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	392.891	190.288
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(133.583)	(64.698)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Adições	(2.836)	(6.644)
Exclusões	147.598	74.471
Prejuízo fiscal sem constituição de imposto diferido	(11.179)	(2.926)
Outros	-	(203)
Base negativa de imposto de renda e contribuição social	-	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social - correntes	-	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social - diferidos	(43.874)	1.629
Total	(43.874)	1.629
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	11,0%	0,00%

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Consolidado

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	745.912	430.133
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(253.610)	(221.689)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Adições	(37.630)	(32.082)
Exclusões	61.346	102.581
Efeito da tributação pelo lucro presumido	7.544	9.689
Efeito da compensação da base negativa	1.391	266
Prejuízo fiscal sem constituição de imposto diferido	(16.962)	(2.926)
Outros	95	58
Total de imposto de renda e contribuição social	(237.826)	(144.103)
Despesa de imposto de renda e contribuição social - correntes	(237.826)	(144.103)
Despesa de imposto de renda e contribuição social - diferidos	(11.333)	9.619
Total	(249.159)	(134.484)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	31,88%	33,50%

28. Gestão de riscos financeiros**a) Considerações gerais**

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e de suas controladas foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos, definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e atividades da Companhia e de suas controladas. A Administração e gestão desses instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, devidamente monitorados pela Administração da Companhia e de suas controladas.

As atividades da Companhia e de suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e exposição ao risco de taxa de juros. A gestão de risco da Companhia e de suas controladas concentram-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar os potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro.

A gestão de risco é pautada pela identificação, mensuração e mitigação dos riscos mapeados para todos os negócios da Companhia e de suas controladas.

b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia e suas controladas estão expostas: **(a)** a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais; **(b)** aos riscos de mercado, decorrentes de variações das taxas de juros e preços; e **(c)** aos riscos de crédito, decorrentes da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito se dá através de mecanismos de manutenção de caixa mínimo e acompanhamento do mercado financeiro, buscando minimizar a exposição dos ativos e passivos, de modo a proteger a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

i) Riscos de liquidez

A “política de aplicações financeiras” estabelecida pela Administração da Companhia e de suas controladas prevê a contratação, em sua maioria, de aplicações financeiras em renda fixa com instituições financeiras de 1ª linha.

ii) Riscos de mercado e juros

A Companhia e suas controladas adotam políticas conservadoras de aplicação e captação de recursos financeiros e de minimização do custo de capital. As aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas são realizadas com instituições financeiras de 1ª linha, mantidas substancialmente em operações vinculadas aos juros do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As captações para empréstimos e financiamentos são realizadas dentro do padrão de taxa de juros estabelecido pelo mercado.

Com a finalidade de atender aos requisitos da NBC TG 40 (R2) Instrumentos financeiros: Evidenciação, a Companhia apresenta a seguir a análise de sensibilidade de taxa de juros para sua exposição líquida dos instrumentos financeiros contratados e atrelados à variação do CDI.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto no resultado da Companhia em função da variação de cada risco destacado, levando em consideração a exposição líquida.

No quadro a seguir foi considerado o cenário dos indexadores utilizados pela Companhia, com a exposição aplicável da flutuação do CDI, baseado em análise do índice, para as aplicações financeiras e empréstimos contratados, utilizando fundamentalmente os dados.

O cenário razoavelmente possível considera projeção de instituições financeiras de primeira linha, e que são utilizadas pela Administração da Companhia na gestão financeira.

Instrumento Financeiro	Indexador	Taxa de juros a.a.	Posição em 31/12/2025	Cenário razoavelmente possível	Exposição
Aplicações financeiras liquidez imediata (Nota Explicativa nº 4)	CDI	14,32%	1.044.335	15,04%	7.477
Aplicações financeiras vinculadas (Nota Explicativa nº 5)	102% do CDI	14,61%	5.469	15,34%	40
Empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa nº 13)	CDI	14,32%	(947.427)	15,04%	(6.784)
Exposição líquida			102.377		734

iii) Risco de crédito

A Companhia e suas controladas possuem como clientes, majoritariamente, órgãos públicos municipais, o que reduz sensivelmente seu risco de crédito, mantendo, assim, garantias suficientes para mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

29. Informação por segmento

O Grupo Vital atua no setor de resíduos sólidos desde 1998, operando contratos ao longo de toda a cadeia de valor do setor, que incluem concessões de gestão integrada de serviços urbanos, operações de destinação final em aterros sanitários e contratos dedicados de coleta. Atualmente, conta com 16 ativos operacionais, sendo 8 contratos de concessão de Gestão Integrada, 5 operações de dedicadas de destinação final, 3 contratos de coleta isolada e 1 planta de biometano operacional, além de uma central de tratamento não operacional, e um *pipeline* robusto de novas plantas para valorização do biogás e de projetos *greenfields* de aterros sanitários. Abaixo um detalhamento dos segmentos de atuação do Grupo Vital (que, inclusive, serviu de base para divisão de resultados nesse relatório e nas Demonstrações Financeiras):

O seguinte resumo descreve, conforme CPC 22 – Informações por segmento (IFRS 8), as operações em cada um dos segmentos que o Grupo diversifica em suas análises e reportes aos seus administradores e acionistas:

1- Gestão Integrada de Resíduos Sólidos: contratos de concessão de longo-prazo, que abarcam coleta, destinação final, e outros serviços de zeladoria, com metas de investimentos e medição da qualidade do serviço prestado. O modelo de remuneração é baseado em uma contraprestação mensal fixa, atualizada por uma cesta de índices de inflação de preços e mão-de-obra, sem distinção de linhas de receita entre serviços – portanto, variações módicas de volume não impactam o faturamento, com uma matriz de riscos definida em cada contrato para ponderar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Abaixo os ativos nesse segmento:

- i) **Ecourbis (São Paulo):** maior concessão de gestão de resíduos sólidos do país, com destinação em aterro próprio;
- ii) **Ipatinga (Minas Gerais):** destinação em aterro próprio;
- iii) **Campos dos Goytacazes (Rio de Janeiro):** destinação em aterro próprio;
- iv) **Nova Friburgo – EBMA (Rio de Janeiro):** destinação em aterro próprio;
- v) **Econit (Rio de Janeiro):** destinação de resíduos de construção civil (RCC) em aterro próprio (Niterói) e de resíduos sólidos urbanos (RSU) em aterro de terceiros (Ecoparque São Gonçalo);
- vi) **Angra dos Reis (Rio de Janeiro):** destinação em aterro de terceiros (CTR Costa Verde em Angra dos Reis);
- vii) **Foz do Iguaçu (Paraná):** destinação em aterro próprio;
- viii) **São Luis (Maranhão):** destinação em aterro terceirizado.

2- Destinação Final: operação de aterros próprios com recebimento diário de resíduos sólidos em uma combinação de contratos de concessão de longo-prazo e contratos de curto-prazo (em sua maioria clientes públicos), com alto grau de recorrência e resiliência na geração de volumes. O modelo de remuneração é baseado em uma tarifa, denominada *gate-fee*, medida em reais por tonelada de resíduo recebido nos aterros (R\$/ton), atualizada por inflação. Abaixo os ativos nesse segmento:

- i) **Macaúbas (Minas Gerais):** contrato de concessão com a Prefeitura de Belo Horizonte;
- ii) **Juiz de Fora (Minas Gerais):** contrato de concessão com a Prefeitura de Juiz de Fora, além de outros clientes menores;
- iii) **Orbis (Minas Gerais):** recebe resíduos das cidades da região metropolitana de Belo Horizonte;
- iv) **Titara (Maranhão):** ~66% dos resíduos recebidos da concessão de São Luis, sendo resultado, além de outros clientes;
- v) **Juparanã (Espírito Santo):** ativo em ramp-up;
- vi) **Baru (Goiás):** ativo em ramp-up.
- vii) **CMTR – Ribeirão das Neves (Minas Gerais):** aterro próprio não operacional. Resíduo é encaminhado atualmente ao Aterro de Macaúbas, da própria Vital.

3- Coleta: contratos de 5 a 10 anos de operação de coleta, podendo embarcar outros serviços, como varrição, coleta seletiva e limpeza pública. O modelo de remuneração é definido por preços unitários de acordo com os serviços prestados (Ex: R\$ por tonelada coletada, R\$ quilômetro varrido, R\$ por quilômetro capinado) atualizados por inflação de preços e mão-de-obra, sendo pagos mensalmente ao operador. Seguem as operações que estão nessa modalidade:

- i) **Recife (Pernambuco):** maior contrato do segmento, destina os resíduos no Ecoparque Jaboatão dos Guararapes;
- ii) **Vitória (Espírito Santo):** destina o resíduo no aterro da Marca Ambiental em Cariacica;
- iii) **Serra (Espírito Santo):** licitação vencida ao final de 2025. Destina o resíduo no aterro da Marca Ambiental em Cariacica.

Os dados do lucro bruto por segmento, demonstrados abaixo, estão impactados pela aplicação das normas contábeis vigentes, incluindo o ICPC 01 que considera os custos de construção.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Coleta		Destinação final		Gestão Integrada		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	217.838	228.311	177.622	164.017	1.907.298	1.688.101	2.302.758	2.080.429
(-) Custo dos serviços prestados	(205.383)	(208.982)	(165.183)	(154.508)	(1.265.714)	(1.148.665)	(1.636.280)	(1.512.157)
Lucro bruto	12.455	19.329	12.439	9.509	641.584	539.436	666.478	568.272
(-) Despesas operacionais							(108.640)	(158.884)
(-) Resultado financeiro							188.074)	20.745
(-) Imposto de renda e da contribuição social							(249.159)	(134.484)
(=) Lucro líquido do exercício							496.753	295.649

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30. Seguros (Não auditado)

Por exigência contratual, a Companhia e suas controladas mantêm cobertura de seguros para garantir a execução dos contratos.

A Administração entende que o montante segurado é suficiente para garantir a integridade patrimonial e continuidade operacional, bem como o cumprimento das regras estabelecidas em seus contratos.

As apólices vencidas na data de emissão destas demonstrações foram renovadas.

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados, conforme descrito a seguir:

Unidade de Gestão	Riscos	Vigência	31/12/2025	
			Importância Segurada	Prêmio
Matriz	Seguro empresarial	31/01/2025 a 31/01/2026	10.500	150
Matriz - FINEP	Contrato de financiamento 02.24.006300	14/06/2025 a 14/06/2026	41.612	770
Consórcio Recife	Seguro empresarial - EMLURB 01/2020 CEL	29/03/2022 a 28/04/2027	45.893	330
Consórcio Vitória Mais Linda	Seguro empresarial - 331/2024	29/05/2025 a 29/05/2026	8.246	16
Consórcio Serra Mais Linda	Seguro empresarial	18/11/2025 a 18/05/2027	7.778	20
Ipatinga	Seguro empresarial - 001/01 SMA-SESUMA	03/11/2025 a 03/11/2026	1.943	4
Juiz de Fora	Seguro empresarial - DEMLURB 003/2007	02/03/2025 a 02/03/2026	13.084	26
Foz do Iguaçu	Seguro empresarial - 118/2013	30/08/2025 a 30/08/2026	3.008	6
AMA	Seguro empresarial - 008/2018	01/07/2025 a 01/07/2026	7.970	18
AMA	Responsabilidade civil	26/08/2025 a 26/08/2026	1.000	25
EBMA GR	Seguro empresarial - 180/2025	19/11/2025 a 19/11/2026	80.083	112
Éconit	Seguro empresarial - CLIN	04/07/2025 a 05/07/2026	6.872	16
Écourbis	Seguro garantia - Contrato de concessão	29/11/2025 a 29/11/2026	124.325	149
Écourbis	Responsabilidade civil facultativa de veículos - 1o risco	29/11/2025 a 29/11/2026	51.300	510
Écourbis	Responsabilidade civil facultativa de veículos - 2o risco	29/11/2025 a 29/11/2026	564.200	44
Écourbis	Responsabilidade civil facultativa de veículos - Agilix casco	29/11/2025 a 29/11/2026	12.909	87
Écourbis	Seguro empresarial - Central Mecanizada de Triagem (CMT)	29/11/2025 a 29/11/2026	46.220	106
Écourbis	Seguro empresarial - Usina de Tratamento (UTRSS)	29/11/2025 a 29/11/2026	31.739	102
Écourbis	Seguro empresarial	29/11/2025 a 29/11/2026	65.400	232
Écourbis	Responsabilidade civil geral	29/11/2025 a 29/11/2026	15.502	172
São Simão	Seguro empresarial	15/08/2025 a 15/08/2026	500	15
São Simão	Seguro empresarial	15/08/2025 a 15/08/2026	19.500	59
Juparanã	Seguro empresarial - 186/2020	14/07/2025 a 14/08/2026	234	1

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Unidade de Gestão	Riscos	Vigência	31/12/2025	
			Importância Segurada	Prêmio
Juparanã	Seguro empresarial - 074/2025	03/07/2025 a 02/07/2026	60	1
Juparanã	Seguro empresarial - 561/2025	02/12/2025 a 02/01/2027	144	1
Juparanã	Seguro empresarial - 148/2024	20/06/2025 a 20/06/2026	35	1
Macaúbas	Seguro empresarial - 266/08	27/04/2025 a 27/04/2026	2.500	30
Macaúbas	Seguro executor - 266/08	30/11/2025 a 30/11/2026	23.689	47
Baru	Seguro responsabilidade por danos ambientais	31/07/2025 a 31/07/2026	10.000	153
SLEA	Responsabilidade Civil - Execução PPP	05/05/2025 a 05/05/2026	2.079	6
SLEA	Equipamentos Gerais	04/11/2025 a 04/11/2026	500	1
Titara	Responsabilidade Civil	17/04/2025 a 17/04/2026	1.000	7

As premissas de riscos adotadas e os montantes informados, dada as suas naturezas, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

31. Compliance

Em conformidade com as normas e regulamentações aplicáveis, a Companhia e suas controladas mantem estrutura de *compliance* destinada a assegurar a aderência as leis, regulamentos e diretrizes internas aplicáveis as suas atividades.

A Companhia e suas controladas adotam práticas alinhadas às melhores referências de mercado, com o objetivo de promover a integridade, a transparência e a ética nas relações com seus colaboradores, parceiros de negócios e demais partes interessadas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram mantidas e aprimoradas iniciativas relacionadas ao Programa de Integridade, incluindo:

- desenvolvimento e atualização de políticas e procedimentos internos;
- realização de treinamentos e ações de comunicação e conscientização;
- monitoramento contínuo e execução de atividades de auditoria;
- identificação, avaliação e gestão de riscos de compliance;
- observância das regulamentações aplicáveis ao setor de atuação;
- manutenção de registros e documentação de suporte às atividades de controle;
- disponibilização e divulgação de canais de denúncia, com garantia de confidencialidade e não retaliação.

A Companhia reforça seu compromisso com a melhoria contínua do Programa de Compliance, buscando o fortalecimento da cultura de integridade e a mitigação de riscos, em linha com as exigências regulatórias e as melhores práticas de governança corporativa.

* * *